

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO- PPGAU

O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE PATOS DE MINAS

The open spaces system in the urban form of Patos de Minas

NAYARA CRISTINA ROSA AMORIM

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E
DESIGN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, PARA OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PROJETO, ESPAÇO E CULTURA

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS URBANOS: PROJETO E TECNOLOGIA

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. GLAUCO DE PAULA COCOZZA

UBERLÂNDIA

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE DE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: nayaraamorim.arq@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A524s
2015 Amorim, Nayara Cristina Rosa, 1989-
 O sistema de espaços livres na forma urbana de Patos de Minas /
 Nayara Cristina Rosa Amorim. - 2015.
 184 f. : il.

Orientador: Glauco de Paula Coccozza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.
Inclui bibliografia.

1. Arquitetura - Teses. 2. Espaços abertos - Teses. 3. Vida urbana - Teses. 4. Patos de Minas - Teses. I. Coccozza, Glauco de Paula. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Título.

CDU: 72

AMORIM, Nayara Cristiana Rosa O sistema de espaços livres na forma urbana de Patos de Minas. Dissertação apresentada a Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

BANCA EXAMINADORA

APROVADO EM:

PROF. DR: _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR: _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR: _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

DEDICATORIA

Dedico a todos aqueles que estiveram do meu lado,
apoando e auxiliando nesse processo de aprendizagem.

Em especial ao meu noivo.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG pelo financiamento durante a pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo financiamento da pesquisa maior na qual se insere essa dissertação.

Ao Grupo de Pesquisa QUAPÁ-SEL pela base metodológica e bibliográfica. E em especial ao grupo de pesquisa Neurb- Núcleo de Estudos Urbanos pelas discussões e trocas de informações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU (FAUeD UFU), incluindo todos os professores e, principalmente, a coordenação e secretaria pelo empenho em fazer crescer o curso e por toda assessoria prestada.

Agradeço ao Prof. Dr. Glauco Coccoza, pela sabedoria compartilhada, pelo tempo dedicado e principalmente pelo incentivo.

Aos professores Dr. Eugênio Queiroga e Dr. Carlos Loboda, pelas considerações apontadas no Exame de Qualificação, imprescindíveis no desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos Flávia, Janaina e Fabrício, que estiveram ao meu lado durante todos os dias, com paciência incessante, me alimentando com amor e força inestimáveis. Amo vocês!

Ao Mathues, namorado, noivo e futuro esposo, por todo o carinho, paciência e atenção dedicados.

Aos meus amigos, pelo apoio e carinho.

Aos meus colegas de mestrado, pela companhia nos dias intensos de estudos e principalmente por tornarem essa caminhada prazerosa.

RESUMO

A pesquisa analisa a configuração do Sistema de Espaços Livres na forma urbana de Patos de Minas, uma cidade de médio porte no interior do estado de Minas Gerais. O espaço livre é caracterizado como todo espaço livre de edificação e é um dos principais elementos morfológicos, capazes de contribuir com a conservação e valorização da paisagem, estruturar a forma urbana e conferir identidade às cidades. O espaço livre é um dos principais caracterizadores das diferentes paisagens urbanas presentes na cidade. A partir do estudo da configuração ecológica, espacial, fundiária e tipológica desses espaços, busca-se o entendimento de que todos, cada um com suas características e funções, estão interligados de maneira sistêmica, estruturando as funções ambientais, sociais, culturais e de paisagem presentes na dinâmica urbana. Essa abordagem permite elaborar uma visão sistêmica da estrutura urbana, na qual se observa, não apenas os conjuntos de espaços livres, mas também suas interações e articulações com o edificado, com a sociedade, com o suporte físico e com a forma urbana.

Palavras-chave: Sistema de Espaços Livres; Forma Urbana; Unidades de Paisagem; Patos de Minas.

ABSTRACT

This research analyzes the configuration of the Open Spaces System in the urban form of Patos de Minas, one medium-sized city in the state of Minas Gerais. The open space is characterized like everyone open space of edification and is one of the main morphological elements, able to contribute to the conservation and enhancement of the landscape, organize the urban form and confer identity to the cities. The open space is a major characterizer of the different urban landscapes present in the city. Starting from the study of ecological setting, spatial, land ownership and typological of those spaces, sought the understanding that everyone, each one with its characteristics and functions, are interconnected in a systemic way, structuring the environmental function, social, cultural and landscape, present in the urban dynamic. This approach enables elaborate a systemic view of the urban structure, in which it is observed, not just the sets of open spaces, but also their interactions and articulations with the edified, with society, with the physical support and with the urban form.

Palavras-chave: Open Spaces System; Urban Form; Landscape Units; Patos de Minas.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AABB Associação Atlética Banco do Brasil

APA Área de Proteção Ambiental

ARL Área de Reserva Legal

APP e APP's Área de Preservação Permanente
Áreas de Preservação Permanente

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

E.L. Espaço Livre

E.T.A. Estação de Tratamento de Água

E.T.E. Estação de Tratamento de Esgoto

FAUed Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design

i Inclinação

SEL-RJ Grupo de Sistema de Espaços Livres- Rio de Janeiro

HIS Habitação de Interesse Social

MCMV Minha Casa Minha Vida

NEURB Núcleo de Estudos Urbanos

ORT. Ortogonal

P.T.C. Patos Tênis Clube

Quapá-SEL Quadro do Paisagismo Brasileiro –Sistema de Espaços Livres

CEASA Centro de Abastecimento S/A

SEL Sistema de Espaços Livres

UNIPAM Centro Universitário de Patos de Minas

U.P. Unidade de Paisagem

U.R.T. União Recreativa dos Trabalhadores (um dos times de futebol da cidade)

Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Dedicatória 005

Agradecimentos 006

Resumo e Abstract 007

Lista de Abreviaturas e Siglas e Símbolos 008

INTRODUÇÃO 013

Sobre os pensamentos norteadores 013

Sobre o método 014

Sobre o decorrer dos capítulos 014

CAPÍTULO 1

a paisagem e a forma urbana

018 1.1 PAISAGENS URBANA: CONCEITUAÇÃO

021 1.2 MORFOLOGIA E FORMA URBANA. FORMA URBANA? MALHA URBANA? TECIDO URBANO?

025 1.3 FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA MALHA URBANA PATENSE

028 1.3.1 DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ A DÉCADA DE 1930: BORGES X MACIEIS

037 1.3.2 DA DÉCADA DE 1940 ATÉ A DÉCADA DE 1960: AUMENTO POPULACIONAL

040 1.3.3 DA DÉCADA DE 1970 ATÉ A DÉCADA DE 1980: INCORPORAÇÃO DOS CORPOS D'ÁGUA

044 1.3.4 DA DÉCADA DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS: A FORMA URBANA ATUAL

CAPÍTULO 2

o sistema de espaços livres

051	2.1 ESPAÇOS LIVRES? ESPAÇOS ABERTOS? ÁREAS VERDES?
053	2.2 O PENSAMENTO SISTÊMICO
055	2.3 ESPAÇOS LIVRES NAS CIDADE MÉDIAS
057	2.4 OS ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE PATOS DE MINAS
058	2.4.1 RELAÇÃO ECOLÓGICA: espaços livres x suporte ambiental
065	2.4.2 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL: espaços livres x malha urbana
	2.4.2.1 Configurações da malha urbana
	2.4.2.2 Espaços livres na malha urbana
	2.4.2.3 Tipos de traçado
083	2.4.3 RELAÇÕES DE USOS DO SOLO: espaços livres x uso
	2.4.3.1 Distribuição fundiária
	2.4.3.2 Usos do solo
090	2.5 O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE PATOS DE MINAS
090	2.5.1 TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS LIVRES
092	2.5.2 CATEGORIAS DE ESPAÇOS LIVRES
102	2.5.3 RELAÇÕES SISTÊMICAS DOS ESPAÇOS LIVRES

CAPÍTULO 3

as unidades de paisagem

109	3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS
110	3.2 UNIDADES DE PAISAGEM DE PATOS DE MINAS
113	3.2.1 UNIDADE DE PAISAGEM 01
116	3.2.2 UNIDADE DE PAISAGEM 02
120	3.2.3 UNIDADE DE PAISAGEM 03
123	3.2.4 UNIDADE DE PAISAGEM 04
128	3.2.5 UNIDADE DE PAISAGEM 05
132	3.2.6 UNIDADE DE PAISAGEM 06
135	3.2.7 UNIDADE DE PAISAGEM 07
139	3.2.8 UNIDADE DE PAISAGEM 08
143	3.2.9 UNIDADE DE PAISAGEM 09
148	3.2.10 UNIDADE DE PAISAGEM 10
151	3.3 AS UNIDADES DE PAISAGEM NA CIDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS 154

SOBRE OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS 156

SOBRE OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA 157

REFERÊNCIAS 159

ACERVOS, ARQUIVOS E JORNAIS 159

LEIS E DECRETOS 159

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 160

ANEXOS 164

SOBRE OS PENSAMENTOS NORTEADORES

O trabalho é um exercício de olhar para a cidade e ler entre seus traçados, suas ruas, lotes e quadras. Buscando entender as promessas que ficaram no ar, os projetos vislumbrados, mas nunca concretizados, que vão desde a rua que não foi asfaltada até o córrego canalizado que não foi aberto. Entender o processo histórico, as relações culturais, o desenho da malha urbana que se estende por entre os fundos dos vales e acompanha o desenho dos córregos e rios.

Grande parte da vida na cidade acontece em seus espaços livres, na praça não implantadas onde o vizinho planta milho; na rua que recebe o tapete de Corpus Christi; nas procissões, passeatas e desfiles; na festa junina na praça da Igreja; na eleição da rainha do milho; nas folias de reis dos distritos da cidade. A cidade se transforma no lote que vira campinho, na praça que vira estacionamento, na gleba que vira pasto, na lagoa que vira brejo, na mata que vira cinzas. A zona rural aos poucos se transforma em malha urbana, mas o rural não perdeu seu espaço, ele se mantém presente na paisagem urbana, nas expressões culturais e nos dialetos.

Este trabalho é a continuidade do Trabalho Final de Graduação, apresentado a Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Desing da Universidade Federal de Uberlândia. Sob a orientação do professor Glauco Cocazza, foi desenvolvido um projeto de requalificação para um dos parques urbanos de Patos de Minas, o Parque Municipal do Mocambo. Durante o desenvolvimento desse trabalho ficou evidente que não só os ambientes do parque como outros espaços livres da cidade requeriam projetos de requalificação que trabalhassem a relação eles com a cidade, buscando o entendimento dos diferentes papéis dos espaços livres na cidade, deixando de pensar no planejamento urbano e no planejamento ambiental como coisas isoladas. Iniciaram-se aí as primeiras percepções de que a cidade de Patos de Minas possui diversas especificidades com relação à interação da paisagem urbana com seus espaços livres e edificados.

SOBRE O MÉTODO

A dissertação se fundamenta na análise de dados documentais primários como: mapas cedidos pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas, projetos de espaços livres da cidade, levantamentos fotográficos, leis e decretos municipais e federais. Baseia-se também em fontes secundárias como: revisão bibliográfica dos temas norteadores da pesquisa, registros fotográficos, jornais locais e entrevistas informais com moradores da cidade e arquitetos da prefeitura. A dissertação apresenta registros fotográficos não só do acervo da autora, mas de diferentes pessoas, evidenciando pontos de vista e os diversos olhares sobre a cidade, além das fotos históricas de arquivos públicos.

A pesquisa adota como metodologia a análise do Sistema de Espaços Livres e das Unidades de Paisagem, desenvolvida pelos estudos da rede nacional brasileira Quapá-SEL II, (Quadro do Paisagismo Brasileiro – Sistemas de Espaços Livres), coordenada pelo LAB-QUAPÁ da FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), cujo objetivo principal é compreender as relações processuais contemporâneas entre os Sistemas de Espaços Livres e a forma urbana das cidades brasileiras. A pesquisa apresentada é também parte integrante dos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Urbanos (NEURB) desenvolvido na Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia, que tem como objetivo central compreender a importância e o papel do Sistema de Espaços Livres na Forma Urbana das principais cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, contribuindo assim com os estudos do grupo nacional Quapá-SEL II.

SOBRE O DECORER DOS CAPÍTULOS

O objetivo central do trabalho é analisar os espaços livres presentes na forma urbana de Patos de Minas e entender como esses espaços estruturam o Sistema de Espaços Livres (SEL). Buscando esse entendimento a dissertação foi dividida em três momentos: a análise da paisagem e da forma urbana patense no primeiro capítulo; o entendimento do SEL no segundo capítulo e a aplicação da metodologia de Unidades de Paisagem no terceiro capítulo.

O primeiro capítulo apresenta os conceitos que irão nortear a pesquisa: a **PAISAGEM URBANA** e a **FORMA URBANA**, por meio de uma revisão bibliográfica, buscando a constatação do estado da arte dos conceitos-chave. O trabalho entende a paisagem como conceito norteador para o entendimento da cidade, da formação e da transformação da forma urbana.

Depois de introduzidos os conceitos-chave, o capítulo apresentará o processo de urbanização da área de estudo, a transformação do tecido urbano e a incorporação dos principais espaços livres de edificação e edificados, ressaltando as características históricas, econômicas, políticas e culturais que contribuem para a formação da imagem da cidade.

O segundo capítulo analisa o **SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES** na forma urbana de Patos de Minas a partir de três principais enfoques: a *relação ecológica* que busca entender a interação entre a forma urbana e os condicionantes do suporte físico (hidrografia, geologia, relevo, vegetação...); a *configuração espacial* que revela a organização da malha urbana e a interação dos espaços livres na malha e a *relação de usos do solo* que analisa a relação dos espaços livres com a situação fundiária e a distribuição dos usos do solo na cidade.

No capítulo sobre o Sistema de Espaços Livres as análises foram feitas na escala da cidade. No capítulo seguinte que trata das Unidades de Paisagem, as apreciações foram feitas na escala das unidades, ou seja, a análise dos espaços livres da cidade vai do macro ao micro. A aplicação da metodologia das Unidades de Paisagem permite transitar entre as escalas de análise e aprofundar nas características e peculiaridades do Sistema de Espaços Livres presentes em cada unidade.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia das **UNIDADES DE PAISAGEM**, a identificação das Unidades de Paisagem presentes em Patos de Minas e a análise cada uma delas. O trabalho entende as Unidades de Paisagem como porções do Sistema de Espaços Livres, cujas relações entre os espaços livres os espaços edificados possuem características específicas de centralidade, hierarquia, distribuição e organização que os distingue dos demais conjuntos de relações.

O fechamento do trabalho apresenta de maneira sintética uma apreciação do que foi apresentado em cada capítulo, apontando os questionamentos e resultados que surgiram no decorrer da análise. Depois são enumerados os principais desafios a serem enfrentados pelo planejamento urbano e ambiental de Patos de Minas para a gestão do SEL da cidade. Adiante são apresentados os possíveis desdobramentos da pesquisa, evidenciando as possibilidades de continuidade e aprofundamentos teóricos e práticos sobre o objeto de estudo.

1.1 PAISAGEM URBANA

1.2 MORFOLOGIA E FORMA URBANA

1.3 FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA MALHA URBANA PATENSE

CAPÍTULO 1

A PAISAGEM E A FORMA URBANA

O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE PATOS DE MINAS



Figura 1 Vista para o Rio Paranaíba na porção norte da cidade. Foto: Acervo pessoal, 2015.

A compreensão do conceito de paisagem urbana é o principal enfoque, no presente trabalho, para assimilação da configuração urbana, da incorporação dos elementos do suporte físico na formação e na transformação da forma urbana e entendimento do papel do Sistema de Espaços Livres na cidade.

O estudo da paisagem possibilita uma melhor percepção da estrutura da cidade, a compreensão do sítio natural e da interferência humana no mesmo, esse conhecimento pode direcionar o planejamento urbano, para tanto, a clareza do conceito de paisagem e seus sombreamentos é de extrema importância.

Não existe um consenso sobre o conceito de paisagem, a discussão sobre paisagem transita por diversas áreas, com diferentes definições, ênfases e método de abordagem. Segundo o geógrafo Bertrand (2004), as diferenças de abordagem no conceito de paisagem são influenciadas pela formação e os objetivos do observador e pode enfatizar: a vegetação, a hidrografia, o clima, o relevo, a economia, a arquitetura ou o processo histórico. A metodologia de análise poderá ser: temporal, baseada nos aspectos físicos e se referir às relações e dinâmicas internas, ou, ainda, um conjunto de diversas análises. Ou seja, a percepção individual somada aos objetivos e ao enfoque do observador interferem diretamente na leitura da paisagem e no conceito da mesma.

Segundo Rougerie e Beroutchatchvili (1991) *apud* Maximiano (2004), a Unesco (Organização para Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas), declarou em 1971 considerar que a paisagem é a “estrutura do ecossistema”, e o Conselho Europeu, diz que “o meio natural, moldado pelos fatores sociais e econômicos, torna-se paisagem, sob o olhar humano”. Já a “paysage” francesa refere-se principalmente aos aspectos visuais. O termo holandês, com o mesmo sentido é “visueellandschap”. Para os alemães, “landschaft” envolve a noção de território, semelhante ao “landscape inglês”. Ambos também se referem ao aspecto visual. A

geografia soviética tem seus próprios termos: “mesnost e ourotchitché”, que possuem valor territorial, aos quais os russos acrescentam “landschaft”, emprestado dos alemães.

Segundo Maximiano (2004), para alguns sociólogos e economistas a paisagem é a base do meio físico, onde o homem a utiliza e a transforma, ou não; para alguns botânicos e ecólogos a paisagem é um conjunto de organismos num meio físico, cujas propriedades podem ser explicadas segundo leis ou modelos, com ajuda das ciências físicas e/ou biológicas, para alguns geógrafos ela resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos.

“A expressão “paisagem”(…) passava a manifestar-se com significados amplos, complexos, porém bastante vagos, indistintos, incompletos; premissas comuns eram “a natureza” e a censura à ação do homem. A percepção das mudanças naturais – de tempos biológicos – e também aquelas rápidas, extensas e difusas do trabalho do homem – de tempos históricos – levantava novamente a relação homem-natureza. Seria esta relação com todos os apelos e juízos – imprecisos, indefinidos – que seria associada à palavra ‘paisagem’” (MAGNOLI e MACEDO, 2000, p.132-133).

O estudo da paisagem passou a ganhar relevância entre os arquitetos a partir dos anos de 1960. Segundo Sandeville (2006), esse processo pode ser exemplificado inicialmente pelos trabalhos de Kevin Lynch, Cristopher Alexander, Amos Rapoport, Yi Fu Tuan e Vittorio Gregotti¹. De acordo com Gregotti (1983), o entendimento da paisagem é um instrumento que o arquiteto tem que ter em mãos para analisar o lugar e o espaço sobre o qual se projeta. Entretanto, a paisagem entendida só como o conjunto das características físicas e geomorfológicas, de cunho biológico e mineralógico, não é suficiente para elaboração do

¹LYNCH, K. A imagem da cidade (1960). ALEXANDER, C. Unlenguage de patrones (1980). RAPOPORT, A. Aspectos humanos de la forma urbana (1978). TUAN, Y. F. Espaço e lugar (1983). GREGOTTI, V. Nuevos caminos de La arquitectura italiana (1969).

projeto, é preciso que a leitura da paisagem expresse as ações cotidianas, os usos dos espaços e a cultura local.

No Brasil, Miranda Magnoli inicia seus estudos sobre a paisagem e o ambiente na década de 1970, baseada nas análises estadunidenses de planejamento da paisagem, reconhecendo a importância das características socioespaciais, mas sem reduzir a paisagem aos aspectos formais. O modo como Miranda discutiu a paisagem, segundo Sandeville (2006), ultrapassou as limitações da relação figura-fundo, a qual reforça a paisagem como cenário, um entorno, transformado por uma arquitetura de edifício, promovendo a cenarização da ideia de paisagem. Sua reflexão estabeleceu bases para o conceito da arquitetura como o projeto do “ambiente humano”, a necessidade de compreensão do contexto no qual se insere o objeto projetado.

A definição do conceito de paisagem adotada para este trabalho é a desenvolvida por Miranda Magnoli (1982), na qual a morfologia da paisagem é definida como resultante da interação entre a lógica própria dos processos do suporte (geologia, clima, solo, relevo, vegetação e sol, água e ventos) e a lógica própria dos processos antrópicos sociais e culturais (parcelamentos, escavações, plantações, construções, edificações etc.). Essa análise da paisagem urbana considera os diversos atores que nela interferem, seus aspectos físicos, socioeconômicos, culturais e seu processo evolutivo, não é simplesmente bem organizada ou normativa, é também uma análise poética e simbólica, fala das pessoas e de suas histórias, de suas aspirações, tradições e conflitos, do conjunto natural, das funções e da dinâmica urbana.

O estudo da paisagem possibilita um melhor entendimento da estrutura da cidade, a compreensão do sítio natural e da interferência humana no mesmo, esse conhecimento pode direcionar o planejamento urbano, para tanto, o entendimento do conceito de paisagem e seus sombreamentos é de extrema importância. Segundo Oseki & Pellegrino (2004), um planejamento ecológico da paisagem pode fornecer as ferramentas necessárias para integração entre sociedade e natureza, incorporando diretrizes ambientalmente desejáveis para a melhoria da habitabilidade da cidade, de sua sustentabilidade e de sua imagem.

Para Oseki & Pellegrino (2004), as paisagens são ao mesmo tempo produzidas socialmente e produtoras (indutoras) de práticas sociais; podem ser utilizadas no planejamento, no projeto e gestão de espaços livres (nas escalas espaciais: local, regional e continental) o que lhes

confere importância no planejamento urbano e regional, o que tem sido ignorado pelos órgãos responsáveis pela gestão do território. Segundo Macedo (1993) a paisagem é processo e produto das ações humanas; é processo na medida em que está em constante mutação, e compreende as diversas forças que nela atuam, ora em conflito, ora em consonância de objetivos; é produto, pois a cada instante apresenta-se como objeto acabado dessas ações e forças aplicadas.



Figura 2 Avenida Getúlio Vargas em Parto de Minas. Vista parcial da paisagem urbana. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1534357&page=92> Foto: Fotógrafo desconhecido.

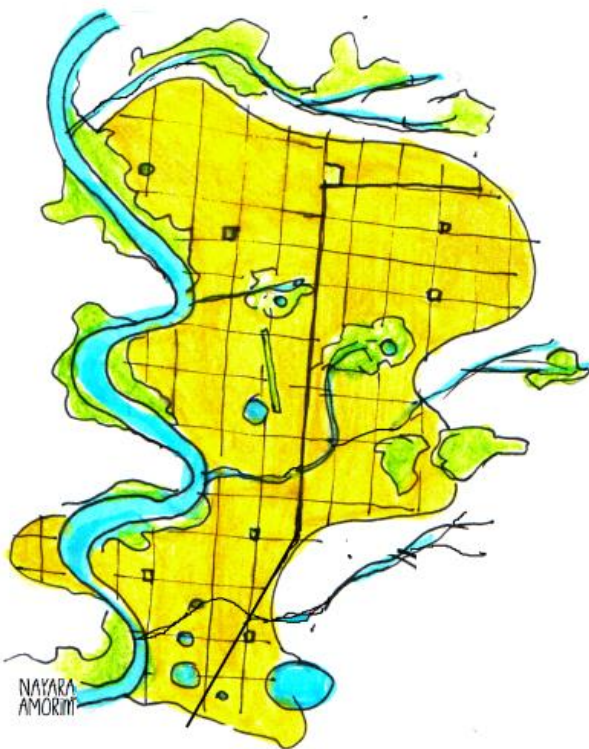
O presente trabalho entende a paisagem como algo que caracteriza a cidade, que lhe confere identidade e a distingue das demais. A paisagem retrata a forma urbana e a cultura da população, a maneira como as pessoas constroem suas casas e onde constroem; se na beira do rio, no alto das serras ou nas chapadas. É a história local contada por meio da mudança do cenário e da mudança dos padrões arquitetônicos: nas casas que permanecem do período neocolonial ou no estilo eclético, nas casas que surgiram no estilo moderno, nas reformas, nas construções que são tombadas e nas que são derrubadas. A paisagem é contada pelas árvores, pelas flores plantadas e replantadas nas calçadas; calçadas por vezes remendadas. A paisagem é o reflexo do processo social, dos bairros que se formam, das pessoas que se

mudam, da economia que se desenvolve modificando o comércio, instalando novas indústrias e quem sabe até bairros industriais, gerando renda para urbanização de novas áreas ou a verticalização de outras.

O entendimento da paisagem enquanto elemento caracterizador da imagem das cidades é um instrumento para a melhoria e manutenção dos valores da mesma. Possui uma relação direta com história da cidade, com os valores culturais, com o processo de formação e de transformação da forma urbana e com os elementos que a constituem. Partimos então para o estudo da forma urbana, com seus enfoques conceituais, desdobramentos teóricos e práticos.

1.2

MORFOLOGIA E FORMA URBANA FORMA URBANA? MALHA URBANA? TECIDO URBANO?



É constante a confusão ao conceituar termos como morfologia, forma urbana, malha urbana/tecido urbano, elementos morfológicos; termos que ora se sobrepõem, ora se englobam, ora se dividem.

EXISTE UM CONSENSO SOBRE O CONCEITO DE FORMA URBANA?

A DEFINIÇÃO DE FORMA URBANA ENGLOBA O TRAÇADO DAS RUAS, OS CHEIOS E VAZIOS, OS USOS E AS TIPOLOGIAS CONSTRUÍDAS OU SERIA SÓ O DESENHO QUE SE FORMA NO ENCONTRO DAS BORDAS DA OCUPAÇÃO?

FORMA URBANA É SINÔNIMO DE TECIDO URBANO, OU O TECIDO É PARTE DA FORMA?

Figura 3 Forma Urbana de Patos de Minas. Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

A morfologia urbana é um campo disciplinar que abrange o estudo das cidades, das formas, dos tecidos e da paisagem. O estudo da morfologia contribui para o entendimento da estrutura da cidade, sua formação e transformação, por meio de seus elementos constituintes. Segundo Lamas (2004) os elementos morfológicos constituintes são: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado/rua, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano. O autor denomina como elementos morfológicos as partes físicas que associadas ou estruturadas constituem a forma urbana. Existem diversos conceitos e definições que abordam a morfologia das cidades, este trabalho apresentará algumas delas.

Segundo Del Rio (1990), a análise da morfologia urbana está em compreender a lógica da formação, evolução e transformação da forma da cidade e de suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de ações mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção urbana e o desenho de novos espaços. Segundo Rossi (2001), a cidade é uma obra reconhecida pelo conjunto de sua forma; mas também pode ser identificada por pequenas partes do conjunto em seus diversos momentos; a forma urbana é a soma dos diversos tecidos e padrões morfológicos que formam a cidade.

O tecido urbano ou a malha urbana, de acordo com Rego e Meneguetti (2011), são configurados pelo sistema viário, pelo padrão do parcelamento do solo, pela aglomeração e pelo isolamento das edificações, assim como pelos espaços livres. Em outras palavras, o tecido de cidade é dado pelos edifícios, ruas, quadras e lotes, parques, praças e monumentos, nos seus mais variados arranjos. Esses elementos morfológicos presentes no tecido urbano, segundo Moudon (1997), devem ser considerados como organismos – constantemente em atividade e, assim, em transformação ao longo do tempo, eles existem em inter-relação com as estruturas edificadas conformando e sendo conformadas pelos espaços livres. O modo como cada um desses elementos morfológicos se organizou e conforma o tecido da cidade pode ser entendido como um objeto de estudo da morfologia urbana.

A forma urbana reflete os processos de formação da cidade, os processos sociais que se consolidam nos tecidos urbanos, que levam a sociedade a construir de uma maneira determinada e característica suas casas, escolas, comércios, indústrias, etc.... Segundo Carvalho (2011), os tecidos urbanos são configurados a partir da homogeneidade dos seguintes elementos: traçado da malha viária, padrões de uso (residencial, comercial, de

serviços e industrial), padrão edificado (padrão arquitetônico e do gabarito) e suporte físico (topografia, vegetação e hidrografia).

De acordo com Moudon (1997) os morfologistas atentam para os resultados tangíveis de questões sociais, econômicas, políticas, ou seja, estudam a manifestação de ideias e intenções à medida que elas tomam forma no chão e moldam as cidades. O estudo morfológico das cidades pode ser dividido em escolas de pensamento, dentre elas: a escola italiana, a escola francesa e a escola inglesa, as quais analisaremos sinteticamente observando suas principais características metodológicas, bases bibliográficas e formas de pensamento.

A escola italiana, conforme Moudon (1997), tem seu início nos estudos do arquiteto Saverio Muratori (1910 – 1973) e de Gianfranco Caniggia (1933 – 1987) na década de 1940. Segundo Rosaneli (2011), essa escola de pensamento possui como principal distintivo a preocupação com o destino das cidades históricas italianas, sobretudo devido aos efeitos das intervenções modernistas. Essa escola apresenta uma maior preocupação com o estudo tipológico das edificações (fachadas, estilos arquitetônicos, gabarito) e de suas transformações ao longo do tempo.

A escola francesa apresenta ênfase na reflexão geográfica e historiográfica sobre as cidades e possui a contribuição do sociólogo Henri Lefebvre (1901 – 1991). Assim como a escola italiana a escola francesa se opõe aos efeitos das intervenções modernistas. Rosaneli (2011), propõe uma reforma educacional no campo dos estudos urbanos, e busca consolidar uma nova “disciplina” com duplo objetivo: primeiro, uma pesquisa descritiva multidisciplinar do espaço construído a fim de reconhecer ingredientes de um bom desenho; e, segundo, a identificação e crítica de modelos teóricos de desenho urbano.

A escola inglesa é fundamentada nos estudos do geógrafo alemão Conzen (1907 – 2000), e inicia-se na década de 1960. De acordo com Moudon (1994), a escola inglesa possui uma análise morfológica descritiva, analítica e explanatória, concentra-se no estudo da forma urbana e apresenta o mais completo, detalhado e sistemático método tipo morfológico das três escolas.

Conzen fundamenta-se na aplicabilidade da leitura dos planos urbanos (“town-plans”) para o entendimento da formação urbana. De acordo com Conzen (1960) apud Rosaneli (2011), os

três fundamentais elementos que compõe os planos são: as ruas que estão arranjadas em um traçado; os lotes ou parcelas individuais de terra juntamente com as quadras/quarteirões e os edifícios com seus conjuntos construídos. As diversas combinações desses três principais elementos constituiriam unidades distintas, com “homogeneidade morfológica”, o que o autor denominou de tecido urbano (“plan unit”, “urban fabric”; ou “tessuto urbano” para a escola italiana).

A morfologia urbana e suas diferentes escolas de pensamento, retratam o estudo da forma urbana e de seus elementos estruturantes, dos processos culturais, sociais, econômicos e políticos. Os estudos morfológicos que mais se aplicam à presente pesquisa são os da escola inglesa, onde desenvolve-se uma análise descritiva e analítica do processo de urbanização, estudando as unidades com “homogeneidade morfológicas”, trabalhadas nessa pesquisa por meio das Unidades de Paisagem (porções territoriais com semelhança de traçado e interação entre os espaços livres e edificados) e através da análise do Sistema de Espaços Livres, uma organização sistêmica dos espaços livres das diversas Unidades de Paisagem presentes em uma área definida.

Para o entendimento da configuração do Sistema de Espaços Livres Patense e de suas Unidades de Paisagem partimos do estudo do processo de urbanização de Patos de Minas, observando as características morfológicas, históricas, culturais e da paisagem urbana.

1.3

FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA MALHA URBANA PATENSE

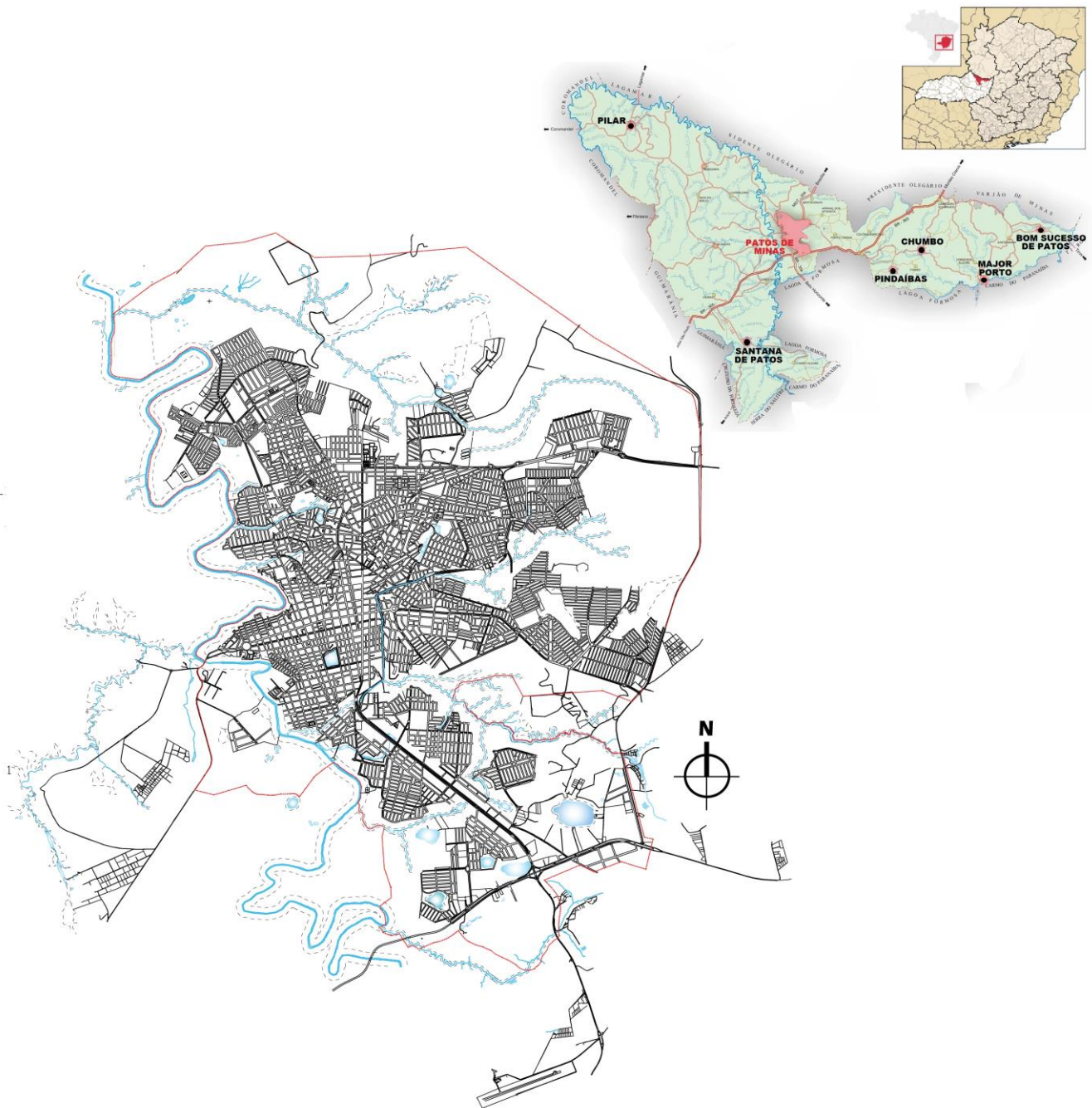


Figura 4 Localização do Município de Patos de Minas e apresentação da forma urbana da cidade. Elaborado pela autora, segundo fonte: Mapas da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 2006 e 2015.

Patos de Minas é uma cidade média² da região intermediária à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Considerada pólo econômico regional, a maior cidade da microrregião do Alto Paranaíba que é composta por 10 municípios. O município de Patos de Minas é formado por sete distritos; o distrito sede é a cidade de Patos de Minas e os outros, são: Bom Sucesso, Chumbo, Major Porto, Pilar, Pindaíbas e Santana de Patos (identificados na *Figura 4*).

Segundo o IBGE (2010) o município de Patos de Minas possui área de 3.189,771Km², densidade demográfica de 43,49 hab./km² e população de aproximadamente 147.614 habitantes (população estimada em 2014).

Patos de Minas situa-se no Planalto Central Minas Gerais/Goiás, com altitudes médias de 800 a 900 metros. Localiza-se entre duas grandes bacias hidrográficas brasileiras, a do São Francisco e a do Paraná. Sua localização estratégica permite a ligação da cidade a centros comerciais como: Uberlândia, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, facilitando o intercâmbio comercial e o desenvolvimento econômico.

De acordo com o IBGE (2012) o PIB (Produto Interno Bruto) do município tem sua economia baseada principalmente no setor de serviços, seguido do setor industrial e da agricultura, conforme *Tabela 1*.

² A dissertação adota a conceituação de cidades médias desenvolvida por Amorim Filho e Serra (2001), cidade que ocupam uma posição estratégica na hierarquia urbana oferecendo suporte às cidades pequenas, conforme a função que desempenham, e estabelecendo ligações com as cidades maiores, intermediando as relações entre estes dois níveis urbanos. De acordo com os autores essas cidades são espaços de relações, e não de polarização ou dominação, são cidades não tão pequenas a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar – e até pôr em risco – a vida da maioria de seus moradores.

Produto Interno Bruto do Município de Patos de Minas - 2012	
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	248.946 mil reais
PIB a preços correntes	2.495.732 mil reais
PIB per capita a preços correntes	17.706,50 mil reais
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	255.908 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	432.152 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	1.558.725 mil reais

Tabela 1 Produto Interno Bruto do Município de Patos de Minas-2012

Fonte: IBGE 2012, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314800&idtema=134&search=minas-gerais|patos-de-minas|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>. Acesso em dezembro de 2014.

Entretanto, observa-se que entre os setores o que mais exerce influência cultural no município e na dinâmica urbana é a agricultura, somada a pecuária e ao agronegócio, caracterizando as festas locais, as manifestações culturais, as formas de apropriação da paisagem, as tipologias predominantes de espaços livres e a história de ocupação do município. Na agroindústria destaca-se a produção de leite e derivados, sementes e adubos defensivos agrícolas, carne suína e derivados e alimentos enlatados. A agricultura sempre caracterizou a economia e a cultura local, os produtos que se destacam são: o arroz, soja, feijão, café, maracujá, tomate, horticultura e o milho símbolo da festa regional a Festa Nacional do Milho. A pecuária possui significativa importância econômica para o município a região faz parte de uma das maiores bacias leiteiras do país. Patos de Minas também é considerada pólo nacional de genética suína, detendo 70% da tecnologia nacional em melhoramentos suínos.

Para analisarmos como se formou a cidade de Patos de Minas apresentaremos seus períodos urbanos em cinco partes: a primeira retrata o início do povoado até 1930, depois de 1940 a década de 1960, em seguida de 1970 até a década 1980 e por fim o período que vai de 1990 até o ano de 2015, buscando assim retratar o crescimento urbano, os principais acontecimentos históricos e a incorporação dos elementos da paisagem.

1.3.1.

DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ A DÉCADA DE 1930: BORGES X MACIÉIS

O processo de colonização da região ocupada hoje pelo município de Patos de Minas teve início, provavelmente, na segunda metade do século XVIII, antes mesmo da descoberta do ouro no estado de Minas Gerais, com as bandeiras rumo às terras de Paracatu. A cidade de Patos de Minas surgiu na segunda década do século XIX em torno da Lagoa dos Patos (delimitada na *Figura 5*), onde, segundo as descrições históricas existia uma enorme quantidade de patos silvestres.



Figura 5 Crescimento Urbano de Patos de Minas até o início do século XIX.

Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Disponível em

<http://www.patosdeminas.mg.gov.br/galeria/historicas/pages/image16.php>. Acesso em maio de 2014. Elaborado pela autora.

Segundo Oliveira Mello (1971), o povoado que deu origem a cidade de Patos de Minas se iniciou em 1826 com a doação do terreno por Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua esposa Luzia Corrêa de Andrade para a construção da capela de Santo Antônio, situada hoje na atual Praça Dom Eduardo, próxima à Lagoa dos Patos, na Avenida Liberdade, atualmente conhecida como Avenida Getúlio Vargas. A partir de então, diversas famílias se instalaram no entorno da capela, originando o Arraial de Santo Antônio da Beira do Paranaíba. Em 1866 foi criada a Vila de Santo Antônio dos Patos, e em 1892 o presidente do Estado de Minas Gerais elevou a vila à categoria de cidade de Patos de Minas.



Figura 6 Início da ocupação da cidade de Patos de Minas. Elaborado pela autora segundo fontes: Prefeitura Municipal de Patos de Minas e MuP- Museu da Cidade de Patos de Minas.

A Praça Dom Eduardo, está no centro do núcleo original de povoamento, ilustrado pela *Figura 6*, e representa a divisão de influência entre as duas famílias da elite local que atuaram na construção da paisagem urbana e na história da cidade de Patos de Minas: os Borges, católicos e monarquistas e os Dias Maciéis, protestantes e republicanos.

Ao norte da Praça Dom Eduardo encontram-se os Borges e seus parentes, os Caixeta e os Queiroz, de acordo com Silva (2011), deste lado da cidade a paisagem se desenha por ruas estreitas e curvas, as quais conduzem a travessas e becos, nitidamente “semeados” à moda lusitana de povoar. Ao mesmo tempo, os edifícios mais antigos e característicos da área são todos em estilo colonial, com altas janelas e portas retangulares. São exemplos: a antiga Casa de Câmara e Cadeia localizada hoje na Praça Juquinha Caixeta (*Figura 7*), e os casarões do Dr. João Borges e do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz a rua e a casa de Deiró Borges, a Rua do Tenente Bino, o Beco da Zélia, a Praça da Dona Genoveva (*Figura 8*), a Rua do Alfredo Borges, a Praça Chiquinho Caixeta, a Rua Dr. José Olímpio Borges, a Praça Dom Eduardo. E ainda a Travessa dos Queiroz onde se mantém de pé a casa do Capitão Virgílio Caixeta de Queiroz, palco de criação do partido de oposição oficial aos “Maciéis”.



Figura 7 Casa de Câmara e Cadeia (o mais antigo edifício público de Patos de Minas, inaugurado em 1912 como Câmara Municipal, Fórum e no rés-do-chão a Cadeia Pública) e Praça Juquinha Caixeta. Foto: Acervo pessoal, 2015.

Figura 8 Rua Deiró Borges, ao fundo Praça Dona Genoveva. Foto: Acervo pessoal, 2015.

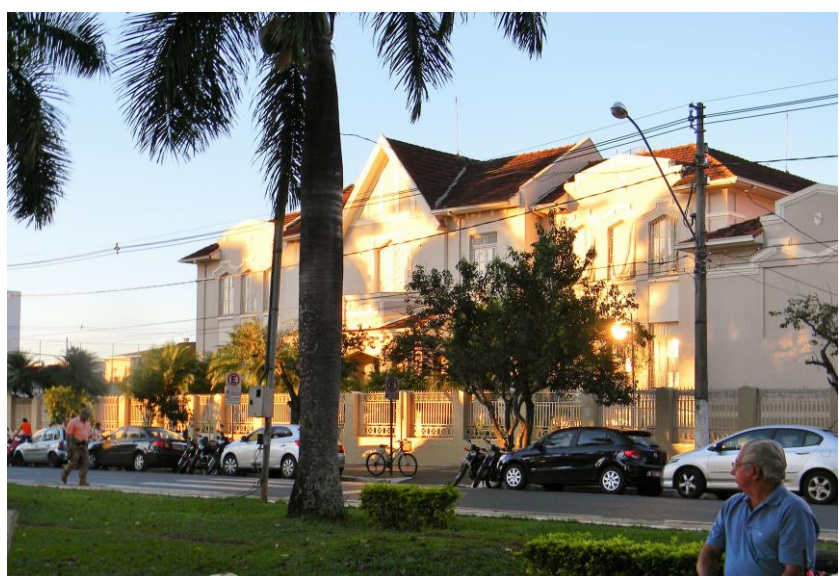


Figura 9 Escola Estadual Marcolino de Barros. Foto: Fotógrafo desconhecido, 2008. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=614809>. Acesso em maio de 2014.

Figura 10 Escola Estadual Antônio Dias Maciel. Foto: Acervo pessoal, 2015.

Ao sul da Praça Dom Eduardo, em frente à Catedral de Santo Antônio estão os Maciéis e seus parentes, os Santana, Pacheco, Barros, Magalhães e Ferreira da Silva. Segundo Silva (2011) os Maciéis estão ligados à modernização e à reordenação urbana da cidade, entre suas marcas na paisagem estão a Escola Estadual Marcolino de Barros (Figura 09), a Escola Estadual Antônio Dias Maciel (Figura 10), a Rua Olegário Maciel, a Casa de Olegário Maciel, a Casa do Dr. Itagyba, a Rua Farnese Maciel, o Palacete de Amadeu Maciel, a Rua Major Gote (apelido de Sesóstris Dias Maciel), o Hospital Regional Antônio Dias Maciel, a Casa do Coronel Arthur

Thomaz de Magalhães, o Coreto Arthur Thomaz de Magalhães, a Rua José de Santana, a Praça Antônio Dias, a Rua Major Jerônimo [Dias Maciel] e a Praça Santana.

Olegário Maciel, figura política representativa da região, alternou entre os cargos de Deputado Federal e Agente Executivo de Município no final do século XIX, até chegar à Presidência do Estado de Minas Gerais nos anos de 1930. Segundo Borges (2008), esse processo político influenciou o desenvolvimento físico-territorial da cidade, atraindo investimentos do Governo do Estado, para a construção das escolas do fórum e do Hospital Regional.

No fim do século XIX, em 1883, o então Agente do Executivo, Olegário Dias Maciel³, ordenou a criação de um plano diretor para ordenar e reorientar o crescimento do povoado para o sentido sul da Praça Dom Eduardo, “na chapada ou chapadão”, conforme segue na citação:

Seguiu-se a risca o “Plano Diretor” indicado por Olegário Maciel. O vereador Eduardo Ferreira de Noronha em 21 de setembro de 1906 indica que: (...)auxiliem a Câmara a estudar o local mais conveniente em que se deve construir o matadouro e respectivo curral, oferecendo seu parecer. Hoje, distanciados no tempo, sabemos que a “Chapada” paulatinamente abrigou, além do Matadouro Municipal, a Casa do Coronel Farnese Dias Maciel, a Casa de Amadeu Dias Maciel, a Casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, o Passeio Público, a fonte luminosa, o Coreto, o Cinema, o Paço Municipal, o Hospital Antônio Dias Maciel, o Grupo Escolar, o Fórum (...) *Pari Passu*, também foram trasladados outros elementos que se localizavam na direção para a qual a cidade ia se deslocando: a mudança do cemitério e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (frequentada pelos negros) também se constituiu como marco simbólico da nova ordenação urbana planeada por Olegário Maciel (BORGES & SILVA, 2009, p.13)

³ , Olegário Dias Maciel era engenheiro formado na Escola Polytécnica do Rio de Janeiro, em 1878, compartilhava os ideais positivistas da República e também os ideais da *Belle Époque* de higienização e de racionalização do espaço urbano. Soma-se a isso a experiência cultural de Olegário fora de Patos: como deputado federal e senador vivenciou, no Rio de Janeiro, as reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos, inspiradas na reforma de Paris, sob a batuta do Barão de Haussman. Como deputado estadual e depois como presidente do Estado de Minas Gerais vivenciou a experiência de “fruir” a cidade de Belo Horizonte, construída racionalmente à moda da colonização espanhola na América. (BORGES & SILVA, 2009).

Segundo Oliveira (2010), dentre as influências na malha urbana, decorrentes do período político do início do século XX, destacam-se as intervenções na infraestrutura da Avenida Getúlio Vargas, definindo a mesma como eixo nobre na cidade, o direcionamento o primeiro vetor de expansão urbana, nas direções sul e oeste da Av. Getúlio Vargas.

Com relação ao vetor de expansão oeste, observa-se que o mesmo foi impulsionado pela construção da nova ponte sobre o rio Paranaíba em aproximadamente 1926, retratada na *Figura 11*. Segundo Dannemann (2013) a obra da ponte estava sob os cuidados da Companhia Nacional de Cimento Armado S.A e até 1970, serviu como principal acesso à sede do município.



Figura 11 Inundação ocorrida em 1941 na ponte sobre o Rio Paranaíba. Fonte: Arquivo do Laboratório de História do Unipam. Disponível em: <http://www.efecadepatos.com.br/?p=3600>. Acesso em dezembro de 2014.

Observa-se que a Avenida Getúlio Vargas, anteriormente denominada como Avenida Liberdade e depois Avenida Municipal, representa o núcleo inicial da cidade e o ponto de partida dos vetores de ocupação até a década de 1930, observa-se que neste período as praças da avenida apresentavam um paisagismo inspirado nos jardins franceses. Zama Maciel⁴ relata sobre o planejamento de usos e ocupação dessa área e a *Figura 12* ilustra esse período:

⁴ Zama Maciel foi um patense que exerceu as funções de agrimensor, professor, inspetor de ensino, vereador e redator dos jornais locais.

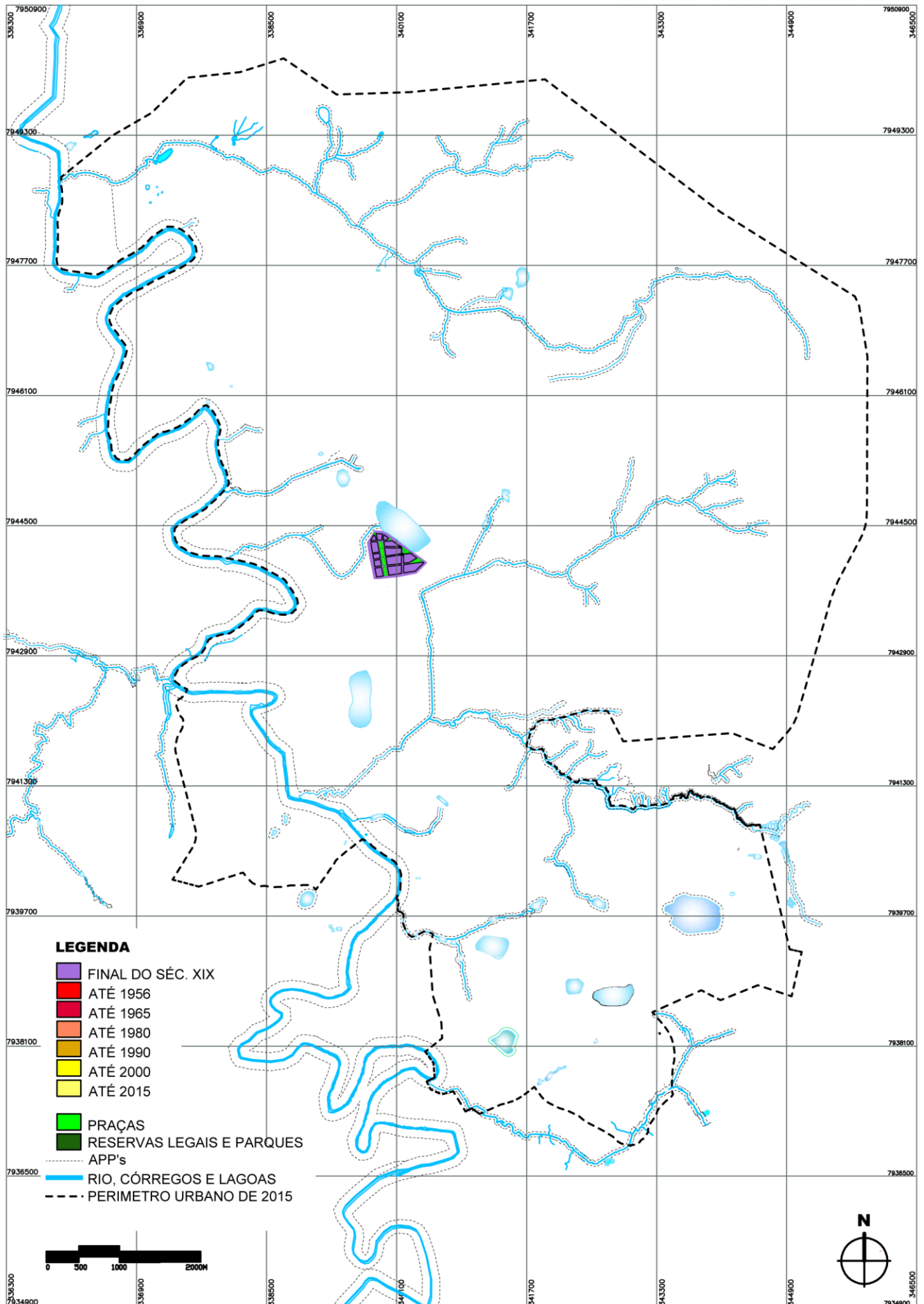
Avenida Municipal com o seu atual quilômetro de extensão foi destinada à habitação particular, devida a sua exagerada largura e à perspectiva que podem oferecer casas pequenas e de bom gosto, fronteando os seus passeios gramados e jardins floridos que a pequenada destrói. Nela prédios comerciais de dois, três andares tornam-se ridículos porque não têm magnitude para se imporem à largura (repisamos) exagerada com que os antigos irrefletidamente a construíram. Somente edifícios semelhantes à igreja matriz, em construção, com cinquenta metros, podem nela sobreviverem. Pequenos prédios, vivendas graciosas, de cujas janelas caíam trepadeiras, no conjunto dos jardins, e na imensa claridade de nossas tardes, farão dela recanto cobiçado à moradia. Enfeia-la com prédios comerciais de pequeno porte, e com casas de diversões barulhentas será obra de mau gosto, que se torna necessário evitar (Zama Maciel, É necessário, Folha de Patos, Patos de Minas, junho de 1937).



Figura 12 Avenida Getúlio Vargas, parte ao sul da Catedral de Santo Antônio, década de 1930. Ao centro da figura o Palacete Amadeu Maciel. Fonte: Acervo Documental e de Imagens de Patos de Minas. Local: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas.

A seguir o *Mapa 1 Evolução do Traçado urbano de Patos de Minas: do início do povoado até o ano de 1930*, retrata a localização da implantação da cidade, próximo a recursos d'água. No mapa está presente a delimitação do perímetro urbano do ano de 2015, que será mantido como ponto de referência espacial para a malha urbana atual.

EVOLUÇÃO DO TRAÇADO URBANO DE PATOS DE MINAS: DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ A DÉCADA DE 1930



ELABORADO PELA AUTORA, SEGUNDO FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 2014.

A *Figura 13*, datada da década de 1930 é uma vista aérea da cidade, no qual pode-se perceber a implantação e a forma urbana da cidade e os vetores de expansão do início do século XX, área retratada pelo Mapa 1, apresentado anteriormente.



Figura 13 Vista aérea de Patos de Minas

Fonte: Arquivo Dácio Pereira da Fonseca. Fotografia desconhecido

Disponível em: <http://www.efecadepatos.com.br/?p=2650>. Acesso em abril de 2014.

Observa-se na *Figura 13* a presença de espaços livres públicos dentre eles: as Praças da Avenida Getúlio Vargas, dos Boiadeiros, Antônio Dias, Champagnat e Santana; os espaços livres privados: o Hangar do Campo de Aviação, o Patos Tênis Clube (PTC), o campo de futebol da União Recreativa dos Trabalhadores (URT) e o campo de futebol do Clube do Mamoré.

Segundo Fonseca (1974), desde o final do século XIX até 1950 Patos de Minas tentou pleitear a vinda da estrada de ferro para escoamento da produção agrícola da região até o Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Borges e Silva (2009), em 1934, o engenheiro carioca Nélson Rodrigues efetuou o primeiro levantamento planialtimétrico da cidade de Patos de Minas, a princípio esse levantamento objetivava abrigar a estrada de ferro Patos-Catiara. Em 1936, provavelmente o próprio Nélson Rodrigues concluiu o primeiro Plano Urbano oficial da cidade, apresentado pela *Figura 14*:

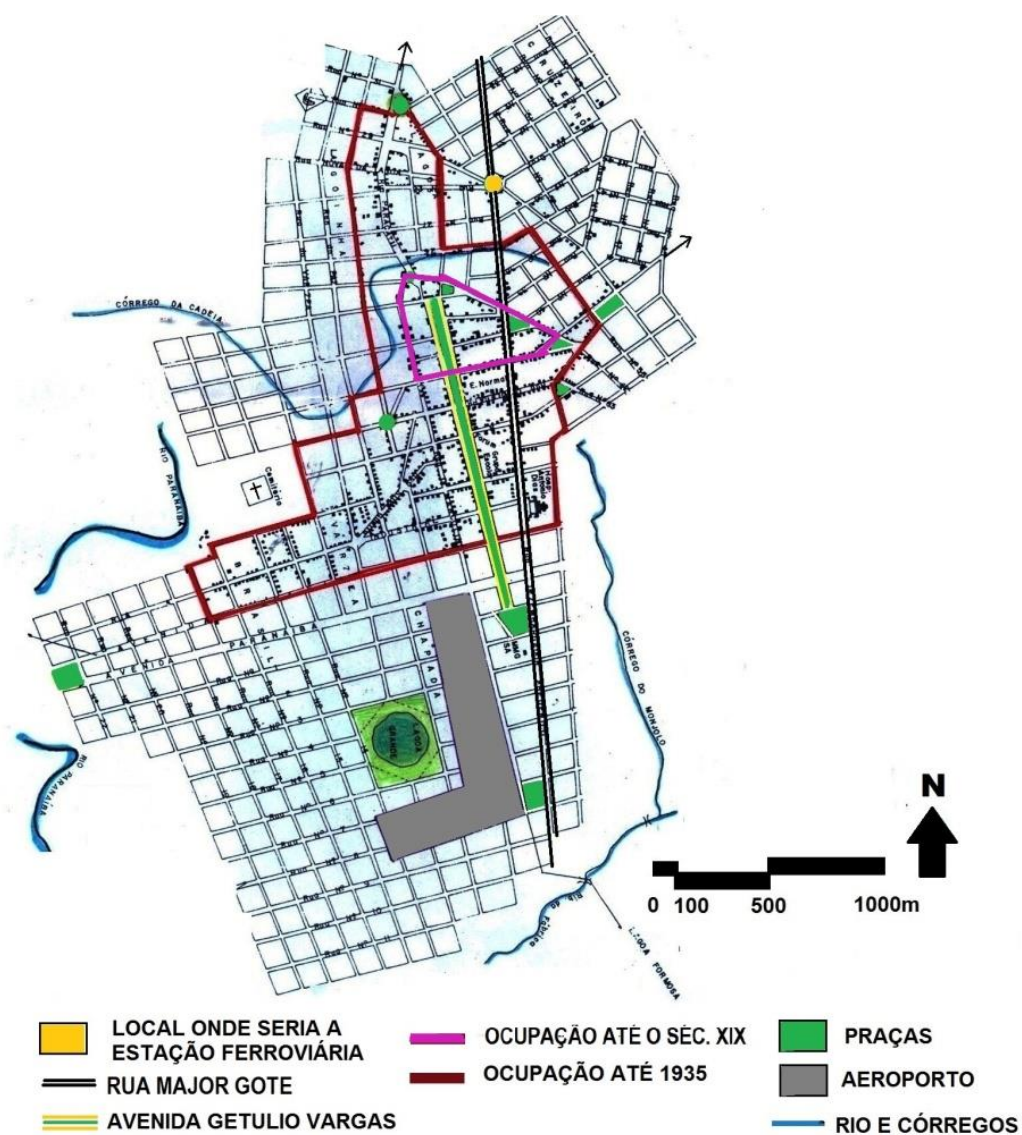


Figura 14 Plano Urbano de Patos de Minas. Elaborado pela autora, segundo fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

Destaca-se no plano de crescimento urbano a Rua Major Gote, na época denominada Rua Desembargador Frederico. Zama Maciel escreve ao jornal local sobre o plano urbano, as vias de caráter comercial da cidade e sobre as intenções de um zoneamento de usos para o crescimento da cidade, inspirados no urbanismo norte-americano.

A Prefeitura (...) mandou organizar a planta da cidade, e traçar-lhe as ruas futuras, no objetivo de impedir o crescimento desordenado(...). Neste trabalho, foram observadas, tanto quanto possível, as normas seguidas na América do Norte, onde geralmente, as cidades são traçadas em xadrez, cortando-se as ruas em ângulo reto. (...) As ruas comerciais estão determinadas no referido plano, e dentre as atuais destacam-se: Desembargador Frederico e General Osório. A primeira (...) deverá atravessar a cidade de norte a sul e morrerá na futura praça da estação ferroviária, onde atualmente se ergue o barracão da Companhia do Trigo. Será futuramente a mais central da cidade. É de uma boa norma localizar-se o comércio em determinadas zonas (zoneamento, chamam a isto os urbanistas), bem como as fábricas, os edifícios públicos, as escolas (não as primárias que devem ser espalhadas nos bairros residenciais) devem também ter as suas zonas separadas (...) (Zama Maciel, É necessário, Folha de Patos, Patos de Minas, junho de 1937).

A linha férrea não foi implantada na cidade e o crescimento urbano das décadas seguintes não se ateve ao planejamento apresentado na década de 1930.

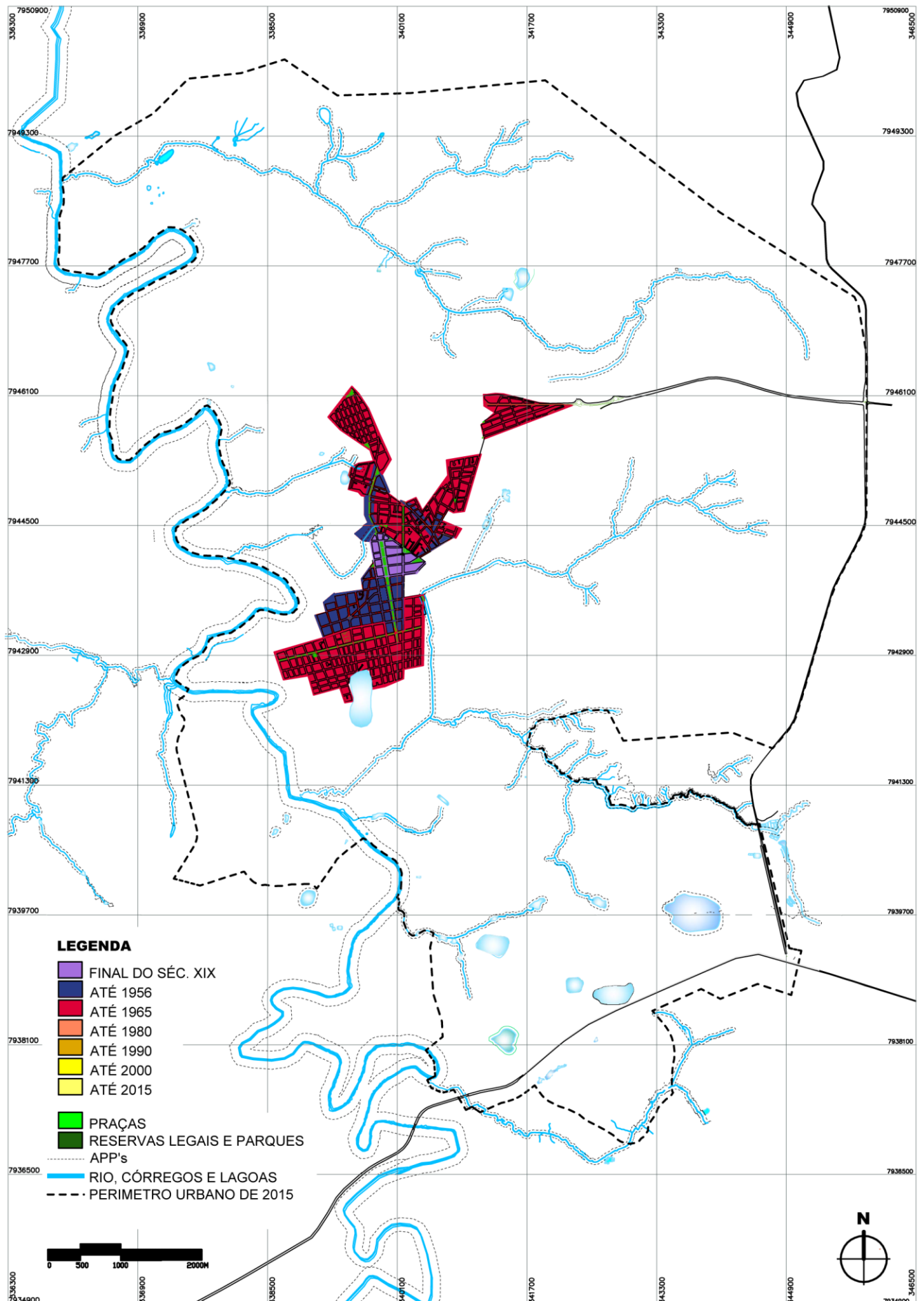
1.3.2.

DA DÉCADA DE 1940 ATÉ A DÉCADA DE 1960: AUMENTO POPULACIONAL

Comparando o plano urbanístico apresentado para a cidade no final do século XIX com a expansão da malha urbana, observa-se que o crescimento urbano da cidade ocorreu de forma mais dispersa do que o apresentado no plano. O vetor de expansão ao sul manteve grande parte do planejamento, embora apresentando quadras menores. A área antes ocupada pela Lagoa dos Patos e a área a nordeste da Lagoa foram as que mais se distanciaram das ideias do plano urbanístico, apresentando uma malha urbana orgânica, com a presença de muitas ruas sem saída.

O Mapa 2 Evolução do Traçado Urbano de Patos de Minas: do início do povoado até a década de 1965, a seguir, retrata o crescimento da malha urbana.

EVOLUÇÃO DO TRAÇADO URBANO DE PATOS DE MINAS: DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ A DÉCADA DE 1960



ELABORADO PELA AUTORA, SEGUNDO FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 2014.

Segundo Magrini (2008) na década de 1950 houve um surto migratório e a instalação de diversas firmas comerciais. Nesse período construiu-se o primeiro Terminal Rodoviário com verbas municipais e investimentos da iniciativa privada, e teve início também a comemoração da Festa Nacional do Milho, evento que até hoje expressa as manifestações culturais da região.

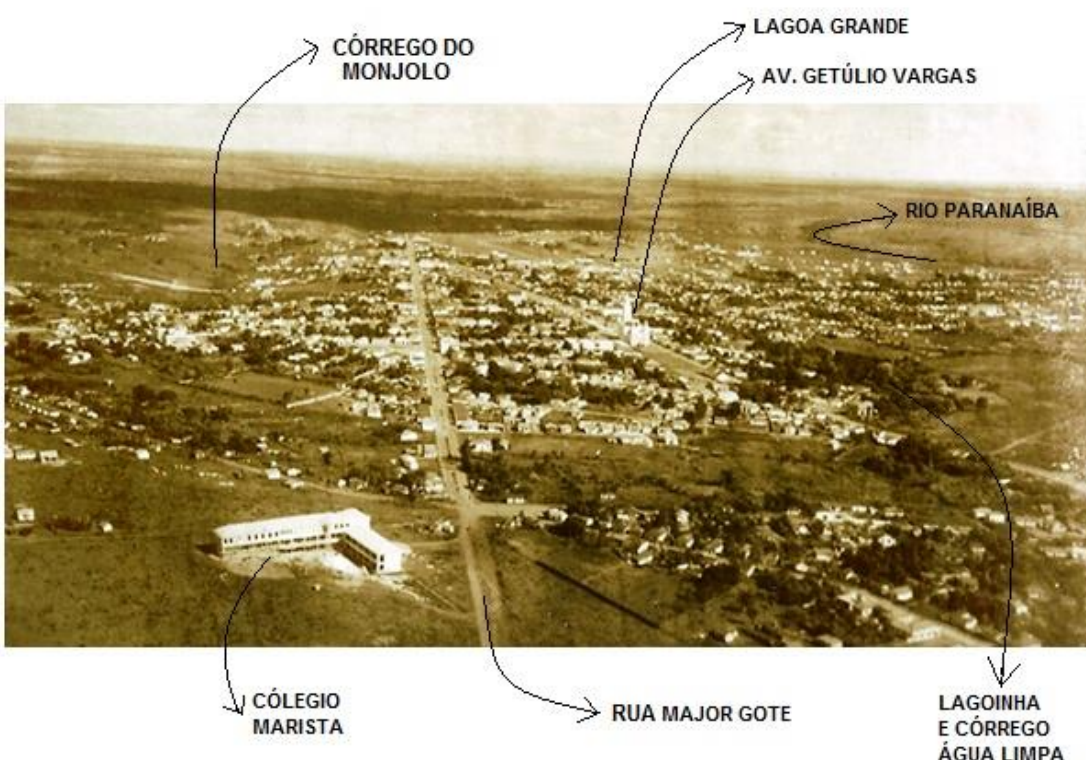


Figura 15 Patos de Minas da década de 1960.

Elaborado pela autora, segundo fonte: Arquivo de Marialda Coury. Foto: João Lucas Ribeiro Borges.

Observando o crescimento da malha urbana de Patos de Minas até 1965 (ilustrado pela *Figura 15*), pode-se constatar que houve uma grande expansão da mesma entre a década de 1950 e 1960. Nesse período o aumento populacional ocorreu predominantemente na área urbana, conforme mostra a *Tabela 02*, a seguir:

Período	População Total do Município	População Urbana do Município	População Rural do Município
1950	45.399	12.525	32.874
1960	72.839	32.511	40.328
1970	76.211	44.877	31.334
1980	86.121	63.302	22.819
1990	102.946	87.403	15.543
2000	123.881	111.333	12.548
2010	138.710	127.724	10.986
2014	147.614*	-	-

Tabela 2 Crescimento Populacional de Patos de Minas. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Magrini, 2008. *População prevista segundo o IBGE.

Nas décadas seguintes a 1960, como se pode antever pela *Tabela 2* o crescimento da zona rural foi diminuindo gradativamente e a população da área urbana aumentando, impulsionando o crescimento da malha urbana.

1.3.3.

DA DÉCADA DE 1970 ATÉ A DÉCADA DE 1980 INCORPORAÇÃO DOS CORPOS D'ÁGUA

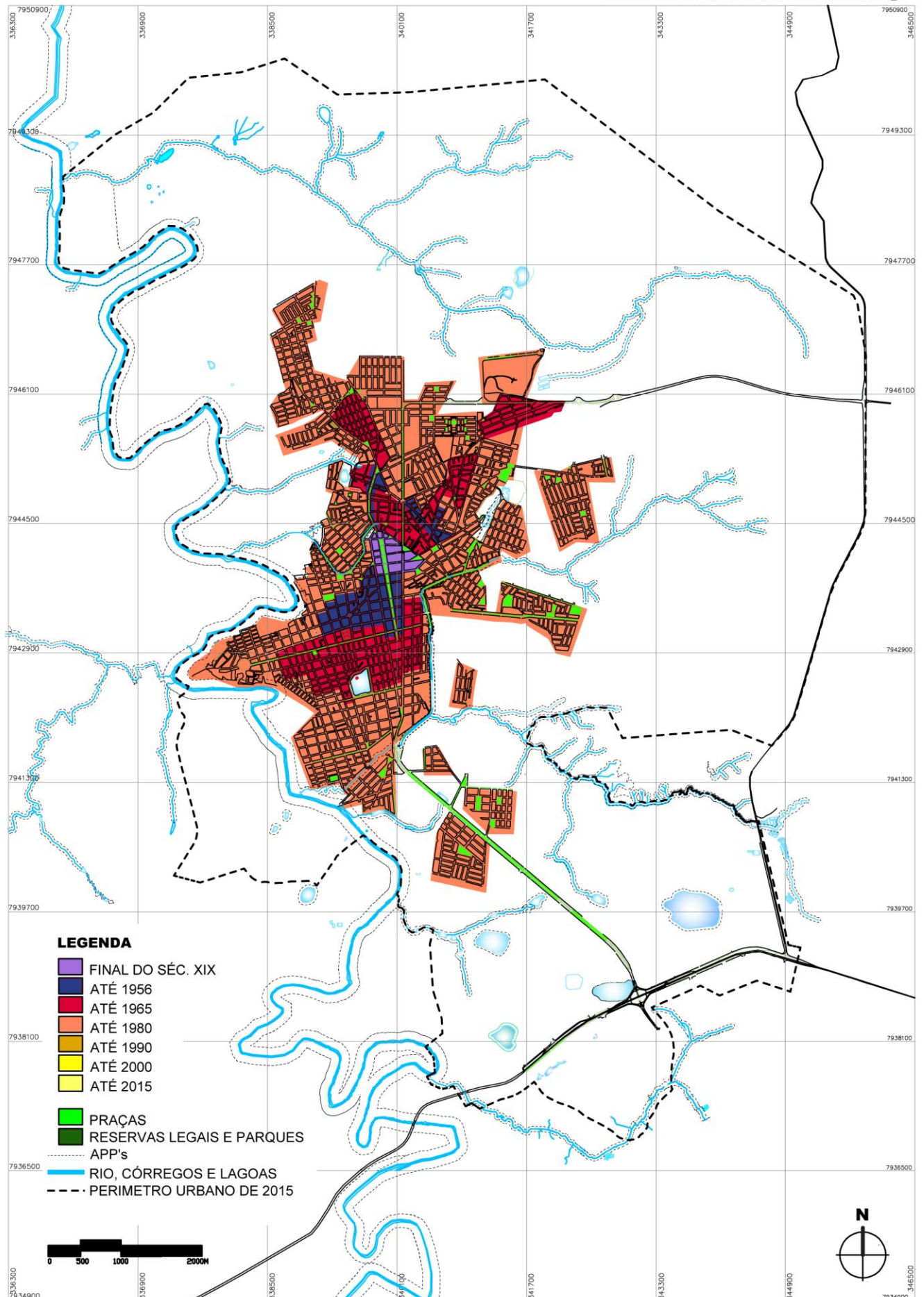
Nas décadas de 1960 e 1970, período de ditadura Militar, segundo Magrini (2010) Patos de Minas passou por uma estagnação econômica devido à emancipação política de dois importantes: Lagoa Formosa e Guimarães; no mesmo período houve grande deslocamento de patenses para a nova capital do país, Brasília, em busca de empregos.

Justamente na época da mudança da capital do país para Brasília. Patos de Minas perde característica de centro rodoviário e transforma-se no “passa perto de Patos”, com estradas asfaltadas em volta, num eixo de 130 km. Não se vinha aqui como antes, até que a BR 354, inaugurada em 1972, abolia este malfadado passa perto ressurgindo toda a movimentação comercial, completada pela BR – 365, em 1974. (MELLO, 1992, p.54)

De 1965 até os anos 1980, Patos de Minas praticamente dobrou a sua área de ocupação, decorrente principalmente do processo de êxodo rural. Segundo Oliveira (2010), os vetores direcionavam para todos os sentidos, sendo apenas o oeste limitado pelo Rio Paranaíba, os cursos d'água menores não foram uma barreira para esta expansão.

O Mapa 3 *Evolução do Traçado urbano de Patos de Minas: do início do povoado até a década de 1980*, a seguir, retrata o crescimento da malha urbana nesse período.

EVOLUÇÃO DO TRAÇADO URBANO DE PATOS DE MINAS: DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ A DÉCADA DE 1980



ELABORADO PELA AUTORA, SEGUNDO FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 2014.

Em 1982 foi iniciada a urbanização da Lagoa dos Japoneses, a Lagoa Grande, (*Figura 16 e Figura 17*), com a redução significativa da área alagada e a construção do Terminal Rodoviário. No entorno da lagoa foi criado o Parque Recreativo Dr. Itagiba depois renomeado como Parque Dr. Itagiba Augusto Silva, o primeiro parque urbano da cidade, um dos principais cartões postais da cidade, espaço de lazer e contemplação.

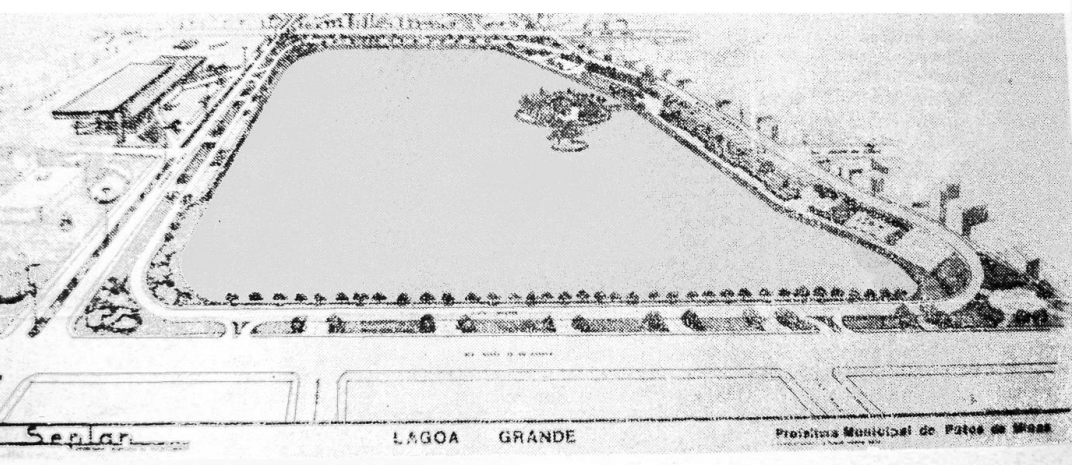


Figura 16 Projeto para o Parque Recreativo Dr. Itagiba, a construção ao lado esquerdo da figura representa o Terminal Rodoviário. Fonte: Jornal A Debulha, O projeto do parque. Ano VIII nº178, janeiro de 1988, pág.7.

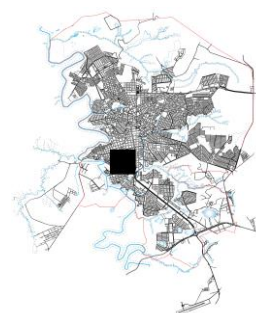
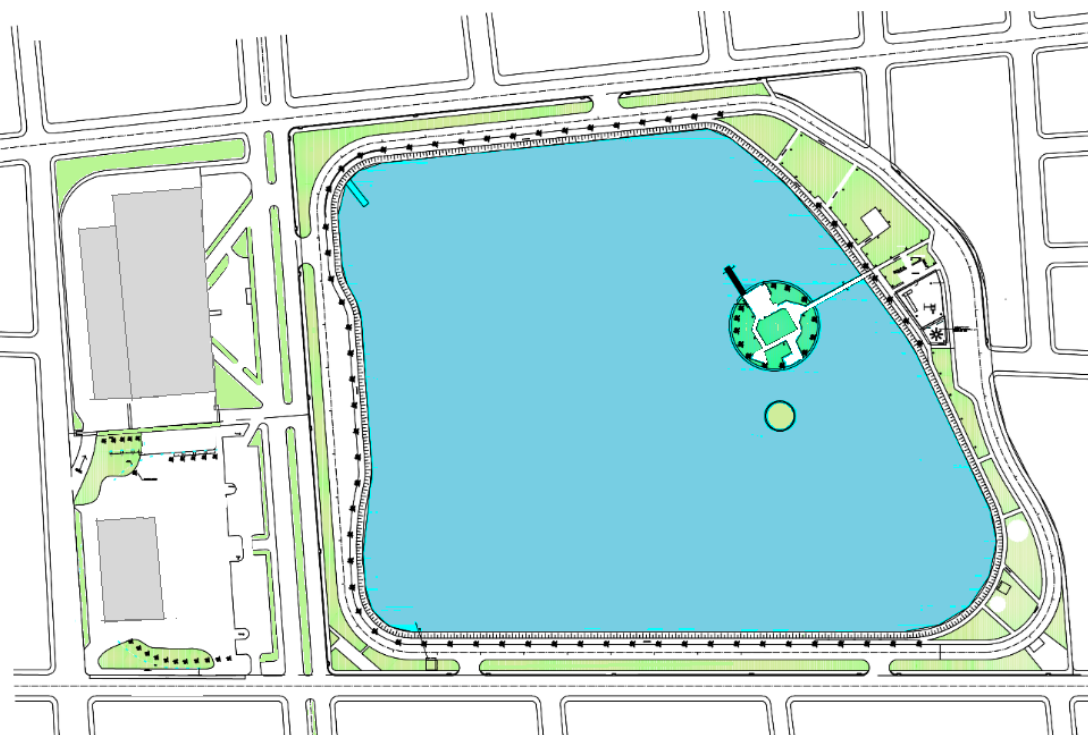


Figura 17 Planta do Parque Dr. Itagiba Augusto Silva – Lagoa Grande
Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 2014.

Em 1986 foi iniciada a canalização do Córrego do Monjolo, inicialmente uma Avenida Sanitária no Córrego do Monjolo (*Figura 18*), atualmente conhecida como Avenida Fátima Porto, as obras terminaram em 1996. Segundo Caixeta & Vlach (2009), a canalização acarretou, inicialmente na ocupação e valorização do entorno e devido à resolução dos problemas sanitários que aí existiam.

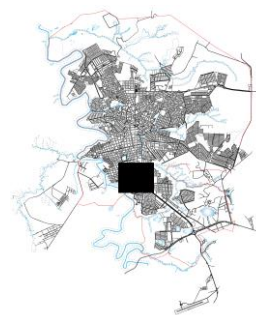


Figura 18 Canalização do Córrego do Monjolo, década de 1990. Foto: Arquivo de Donaldo Amaro Teixeira. Disponível em: <http://www.efecadepatos.com.br/?p=7568>. Acesso em maio de 2015.

Com o decorrer dos anos e a instalação dos bairros no entorno, o Córrego do Monjolo passou a apresentar problemas com enchentes e um forte odor, provavelmente a canalização do córrego já não suportava mais o volume de água pluvial dos bairros além da presença de esgotos clandestinos. Tais problemas geraram novos projetos de canalização do Córrego do Monjolo nas décadas seguintes.

1.3.4.

DA DÉCADA DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS: A FORMA URBANA ATUAL

No final da década de 1980 houve a descoberta de uma jazida de Fosfato Sedimentar, na localidade da Rocinha (área rural), o que impulsionou a instalação de indústrias voltadas para o agronegócio, iniciado pelas Sementes Agrocere S/A (especialista também em genética suína). Nesse período ocorreu ainda um maior desenvolvimento técnico da agricultura, por meio da irrigação e do cultivo de novos cereais.

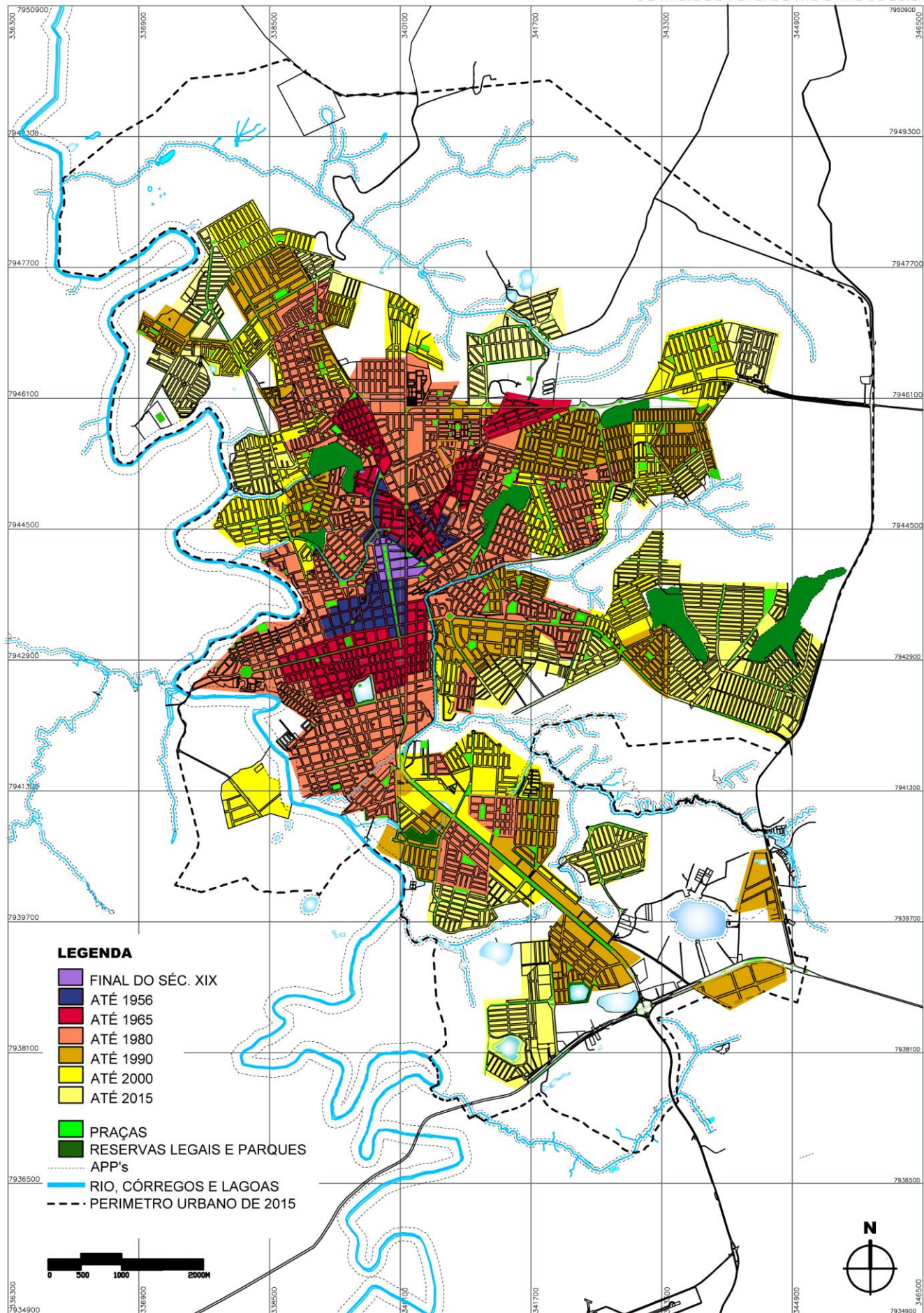
Os reflexos do desenvolvimento comercial e industrial da região foram notados na implantação de indústrias de confecções, agroindústrias e na instalação da multinacional Cica que impulsionou o cultivo de milho, ervilha e tomate⁵.

A implementação de indústrias, somadas às pressões políticas acarretou na instalação de um distrito industrial na porção sul e oeste da cidade, expandindo o perímetro urbano para além das margens do Rio Paranaíba. A criação do distrito industrial influenciou a ocupação ao longo da Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, construída nos anos 1970, para ligação do núcleo urbano às rodovias BR-354 e BR-365, comportando-se, então, como principal acesso da cidade.

O Mapa 4 *Evolução do Traçado Urbano de Patos de Minas: do início do povoado até o ano de 2015*, a seguir, apresenta a forma urbana atual da cidade.

⁵ A multinacional Cica permaneceu na cidade até 2001, depois se deslocou para o Estado de Goiás, quando perdeu parte dos incentivos fiscais oferecidos pela cidade.

EVOLUÇÃO DO TRAÇADO URBANO DE PATOS DE MINAS: DO INÍCIO DO POVOADO ATÉ O ANO DE 2015



ELABORADO PELA AUTORA, SEGUNDO FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 2014.

Na década de 1990 a expansão da malha urbana ultrapassou as áreas de algumas reservas ambientais que se transformaram nos principais parques urbanos da cidade: o Parque Municipal do Mocambo (Figura 19) em 1990 e o Parque Municipal João Luiz Redondo (Figura 20) em 1994, ambos localizados em áreas de lagoas.

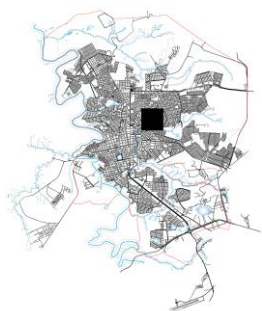


Figura 19 Parque Municipal do Mocambo, 1992. Fonte: Arquivo de Donaldo Amaro Teixeira. Disponível em: <http://www.efecadepatos.com.br/?p=8437>. Acesso em março de 2015.

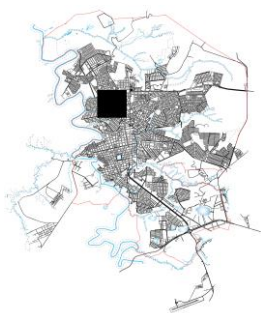
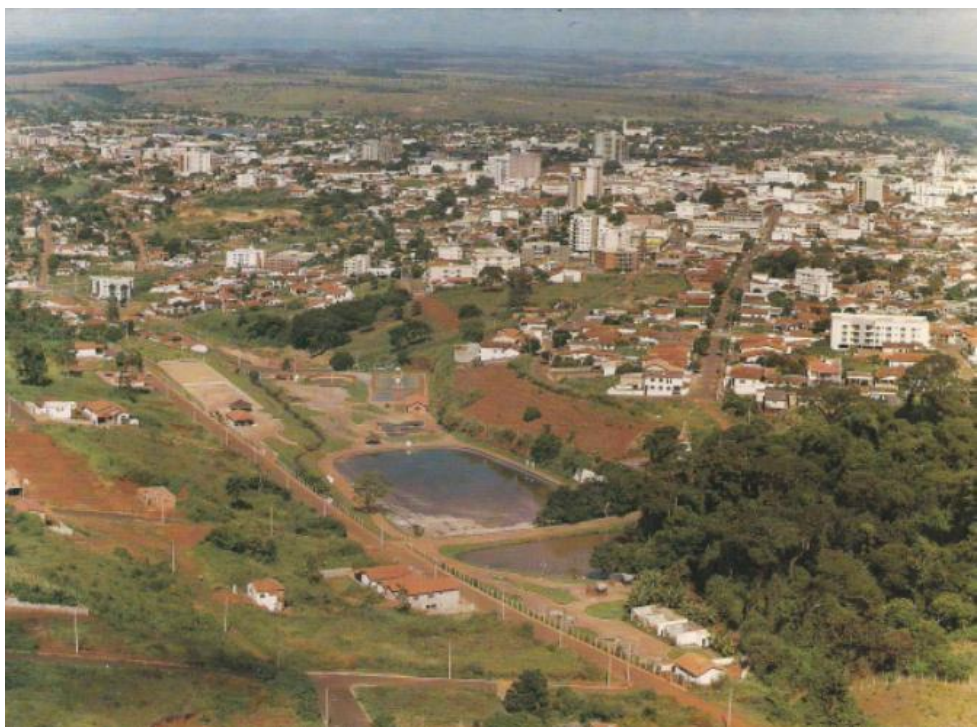


Figura 20 Parque Municipal João Luiz Redondo (Lagoinha), década de 1990. Fonte: Arquivo de Donaldo Amaro Teixeira. Disponível em: <http://www.efecadepatos.com.br/?p=7554>. Acesso em março de 2015.



Foi criado também na década de 1990, na Lei Municipal n.º 2.872, de 03 de outubro de 1991, o Parque Mirante do Alto da Colina (ainda não implantado) e a Lei Municipal n.º 2.871, de 03 de outubro de 1991 declara a área denominada Lagoa e Bosque do “PATÃO” de preservação permanente, onde desde então se cogita a implantação de um parque urbano.



Em 2014 foi aprovada a criação do Parque de Preservação Mata do Catingueiro, uma tentativa de proteger os restígios da mata localizado no setor leste, área que recentemente recebeu muitos loteamentos que foram implantados sem se estabelecer uma área de transição, ou de integração da mata com a malha urbana sem passeios, ciclovias, praças ou parques, conforme ilustrado na *Figura 21*. A mata do Catingueiro tem sido um constante alvo de queimadas e desmatamento, a *Figura 22* mostra os vestígios da mata.

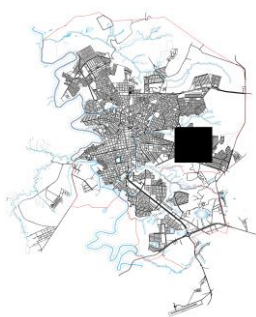


Figura 21 Rua Mirico Caixeta, ao fundo a Mata do Catingueiro. Evidenciando a falta de conexão da mata com o entorno. Foto: Acervo pessoal, 2015.

Figura 22 Rua 0 e o desmatamento na Mata do Catingueiro. Foto: Acervo pessoal, 2015.

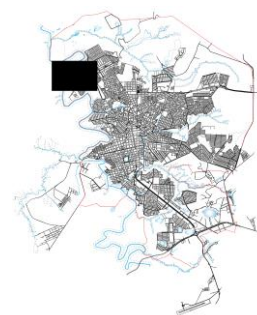


Figura 23 Programa MCMV- Jardim Quebec II com 437 unidades, localizado na porção noroeste da cidade, ao fundo da figura a mata ciliar do Rio Paranaíba e plantações de café. Foto: Sâmara C. P. Lima, 2014.

Na década de 2010 ocorreu a expansão do perímetro urbano no sentido norte, pela primeira vez para além do Córrego do Limoeiro, devido à instalação de um campus da Universidade Federal de Uberlândia na área. Observa-se na *Figura 23* que a área do extremo noroeste da cidade está em processo de expansão da malha urbana e apresenta construções habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na cidade.

Notamos diversas transformações na malha urbana de Patos de Minas ao longo das décadas, desde a implantação do núcleo urbano aos desdobramentos econômicos, políticos e sociais que direcionaram o crescimento da cidade e a transformação da paisagem.

O tecido urbano e o crescimento das cidades brasileiras, como é o caso de Patos de Minas, se dá pela conformação do sistema viário, pelos padrões de parcelamento do solo, por edificações e pelos espaços livres. Patos possui uma relação cultural e econômica muito forte com a zona rural. A linha de transição entre o urbano e o rural é muito tênue, principalmente nas áreas de borda urbana. Nesses bairros de periferia ou de limite da mancha urbana a cidade termina no outro lado da rua, depois de uma cerca de arame, sem nenhum espaço de transição, o outro lado da cerca se configura como um espaço livre com muitas potencialidades de uso e conflitos.



Figura 24 Paisagem urbana de Patos de Minas. Fonte: Elaborado pela autora.

Em Patos de Minas a paisagem urbana é emoldurada por serras cobertas por diferentes plantações (Figura 24), a cidade termina onde o Rio Paranaíba passa, ou a cidade termina onde começam os fundos de vale. Ora cidade, ora zona rural. A paisagem também é marcada pela Catedral, um contraste no meio do aglomerado urbano em uma zona em processo de verticalização, onde a Catedral se esconde e se revela. A Catedral marca o início da ocupação da região, em uma área de chapada na beira da lagoa; hoje a chapada foi praticamente toda ocupada e os bairros das bordas urbanas ocupam as áreas mais elevadas da cidade. Do alto desses bairros da borda é possível ver as lagoas e os córregos pressentes na cidade espaços que se configuram como parques, praças e chácaras, espaços livres de edificação que ressaltam a identidade da cidade e a paisagem urbana.

2.1 ESPAÇOS LIVRES? ESPAÇOS ABERTOS? ÁREAS VERDES?

2.2 O PENSAMENTO SISTÊMICO

2.3 ESPAÇOS LIVRES NAS CIDADES MÉDIAS

2.4 OS ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE PATOS DE MINAS

2.5 O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE PATOS DE MINAS

CAPÍTULO 2

O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE PATOS DE MINAS



Figura 25 Praça da Av. Getúlio Vargas durante as festas juninas, Foto: Acervo pessoal, 2015.

2.1

ESPAÇOS LIVRES ESPAÇOS ABERTOS? ÁREAS VERDES?

O conceito de espaço livre de edificação é amplo e complexo. Para Nucci (2001), os espaços livres fazem parte de um grande grupo paisagístico urbano, que pode ser subdividido em várias categorias dependendo do seu uso e função, sendo então um termo bastante abrangente, que agrega todos os outros conceitos similares como: espaços abertos, áreas verdes, áreas livres, sistemas de áreas de lazer, cobertura vegetal, entre outros.

Segundo Queiroga (2006), Miranda Magnoli, em sua tese de livre-docência⁶, buscou afirmar o "espaço livre" como o objeto do paisagismo, indo além do jardim, do projeto com vegetação e da escala urbana. Nesse sentido, definiu espaço livre como espaço livre de edificações, todo espaço descoberto, urbano ou não, vegetado ou não, público ou privado. De acordo com a autora, para a análise de um dado recorte escalar propõe-se que o estudo dos espaços livres deva ir além dos espaços vegetados e dos espaços públicos, envolvendo todos os espaços livres do referido recorte. Ou seja, para o entendimento do papel dos espaços livres na cidade é preciso ir além da análise dos espaços públicos ou dos vegetados, é preciso identificar todas as áreas não construídas na cidade: os espaços privados intra-lote, os lotes e glebas ociosas, as ruas, os passeios, etc.

Os espaços livres são um dos principais estruturadores da forma urbana e um dos principais elementos caracterizadores da paisagem urbana. Segundo Magnoli (1982), os espaços livres são os ambientes não edificados da cidade: as ruas, avenidas, praças, parques, quintais, jardins, rios, matas, mangues, praias urbanas, ou simples vazios urbanos.

Quando adotamos o termo áreas verdes ou áreas verdes urbanas, nos referimos a um subsistema dentro do Sistema de Espaços Livres, que engloba principalmente: as áreas de preservação permanente (APP's), reservas legais (RL) e a arborização urbana. Segundo

⁶ MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. 116 p. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

Queiroga, *et al*, (2011), o conceito de espaço livre é adotado se sobrepondo, contendo e ampliando o conceito usual de áreas verdes, termo que tem como base a necessidade de espaços livres dotados de vegetação. De acordo com o autor o termo áreas verdes é reducionista, desconsidera as características fundamentais do espaço urbano como a complexidade e diversidade das formas de apropriação e apreensão social, e o fato real da impossibilidade física e mesmo da inconveniência da existência de vegetação em determinados espaços livres.

De acordo com Queiroga, *et al*, (2011) o conceito de espaços livres não desconsidera o papel da vegetação nas cidades brasileiras, como elemento facilitador da drenagem urbana, criador de microclimas mais agradáveis, contribuindo para a manutenção da diversidade animal e vegetal e ainda como fator de embelezamento urbano, mas não desconsidera a importância dos espaços não vegetados para inúmeras práticas de relevância cultural: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios culturais.

Entretanto, apesar dos crescentes avanços nas discussões sobre os espaços livres, muitos autores, planos diretores, planos de uso e ocupação, ainda não compreenderam o termo, como em Patos de Minas onde adota-se o termo áreas verdes nas leis municipais e plano diretor. Na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Patos de Minas (2008), as áreas verdes são descritas como porções situadas na Macrozona Urbana destinadas a oferecer espaços públicos adequados e qualificados às atividades de recreação, lazer e turismo da população, de forma a conciliar a proteção dos bens naturais e culturais. As cidades precisam de reservas de áreas verdes e de espaços livres de qualidade para prática de atividades culturais, de lazer e contemplação. Observa-se que na lei municipal de Patos de Minas existe uma sobreposição entre a função das reservas de áreas verdes e dos espaços de práticas sociais, sobreposição essa, presente no conceito dos espaços livres.

A implantação dos espaços livres públicos depende de uma gestão adequada e integrada dos recursos, com uma fiscalização efetiva, o que implica no desenvolvimento de políticas públicas permanentes que viabilizem as intervenções e necessidades dos espaços livres. Segundo Loboda & Angelis (2012), o planejamento das áreas verdes (públicas) urbanas parte de uma definição de recursos que é residual, as necessidades são amenizadas com recursos que sobram de outras atividades, consideradas como mais prioritárias, e que, geralmente,

incluem-se nesse âmbito aquelas de cunho estratégico, político e econômico. O autor cita um problema frequente em diversas cidades brasileiras a falta de recursos destinados aos espaços públicos e dentre eles as áreas verdes urbanas, um dos principais espaços livres das cidades.

De acordo com Magnoli (1982), a localização, acessibilidade e distribuição dos espaços livres formam um complexo sistema de conexões com múltiplos papéis urbanos: atividades do ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros. Todas essas funções exercidas no ambiente urbano pelos espaços livres, assim como a localização, acessibilidade, distribuição, tipos de usos e configuração espacial estão organizadas de maneira sistêmica na cidade formando o Sistema de Espaços Livres.

2.2

O PENSAMENTO SISTÊMICO

As cidades, independentemente da sua localidade, história e configuração, são formadas de modo geral, por espaços livres e espaços edificados, duas categorias espaciais estruturantes da forma urbana. A configuração dos espaços livres é variável nas cidades brasileiras, por diversas questões, como: características territoriais, bioma, configuração paisagística, pela existência ou ausência de planos urbanos, e principalmente, pelos processos de urbanização e de transformação da paisagem.

A cidade é um conjunto de elementos, sistemas e funções, e os espaços livres formam um dos principais sistemas capaz de estruturar toda a configuração urbana. De acordo com Tardin (2010) e D'Agostini & Cunha (2007), sistema é um conjunto de elementos passível de estabelecer inter-relações, físicas, funcionais, estruturais, morfológicas e relativas à vivência da paisagem, abertas e intrincadas entre si, com seu entorno, e com as pessoas que o vivenciam.

De acordo com Morin (2008) *apud* Queiroga (2014), o conceito de sistema implica não somente elementos inter-relacionáveis, mas tais relações constituem uma organização e uma estrutura relativamente estável que caracteriza o sistema como um todo. A organização

sistêmica, por sua vez, contém as relações que definem o sistema e que o transformam, alterando sua estrutura, possibilitando sua permanência e contendo a possibilidade concreta de sua dissolução. Para o autor o termo exprime multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade.

A noção de sistema auxilia o estudo dos espaços livres urbanos e o entendimento das suas relações de interdependência, complementaridade e hierarquia. Segundo Schlee, *et. al*, (2009), considerando-se a paisagem como um macrosistema complexo formado de subsistemas, os espaços livres urbanos constituem um dos seus subsistemas, inter-relacionados com outros subsistemas urbanos e rurais, e que podem se justapor ao Sistema de Espaços Livres ou se sobrepor, total ou parcialmente, enquanto sistemas de ações.

[...] entende-se como sistemas de espaços livres (SEL) urbanos os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e de sua localização e propriedade, sejam eles públicos ou privados. [...] toda cidade possui um sistema de espaços livres que é produzido durante seu processo de formação tanto pelo Poder Público como pela iniciativa privada (MACEDO, 2010, p. 3 e 4).

O autor afirma que todas as cidades, independente do seu porte, de suas características culturais e históricas possuem um Sistema de Espaços Livres. Essa afirmação incita diversas questões que conduziram esta pesquisa, pontos voltados ao objeto de estudo, a cidade de Patos de Minas, uma cidade média.

O SEL DE UMA MEGÁLOPOLE OU METRÓPOLE É DIFERENTE DO SEL DE UMA PEQUENA CIDADE, OU DE UMA CIDADE MÉDIA?

O MESMO TIPO DE ANÁLISE QUE SE APLICA PARA O ENTENDIMENTO DO SEL DE UMA CIDADE DE GRANDE PORTE PODE SER APLICADO PARA UMA CIDADE DE MÉDIO PORTE?

EXISTEM TIPOS DE ESPAÇOS LIVRES, FUNÇÕES OU RELAÇÕES QUE CARACTERIZAM O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE UMA CIDADE MÉDIA?

2.3

OS ESPAÇOS LIVRES NAS CIDADES MÉDIAS

O espaço livre é parte estruturante da forma urbana, ele se configura em diferentes categorias, tipologias e características no meio urbano, principalmente pela introdução ao longo da história de diferentes padrões urbanísticos nas cidades. O processo de urbanização das cidades é uma soma e por vezes até uma sobreposição de padrões morfológicos; esses traçados geram diferentes paisagens com diferentes tipos de espaços livres. Incorporando ao sistema um rico mosaico espacial, formado por diferentes porcentagens de espaços livres intra lote característicos de traçados distintos, por diferentes tipos de praças, áreas de preservação, parques, ruas e avenidas. Áreas essas que apresentam diversos conflitos e possuem um intenso potencial de transformação.

Segundo Macedo, *et al*, (2012), as cidades brasileiras possuem padrões morfológicos semelhantes, isso fica evidente na repetição dos tipos de traçado (ortogonais, orgânicos, radiais) e nos padrões de mancha urbana (linear, tentacular, compacta, mista). O que confere a especificidade das diversas cidades é a forma como elas estão inseridas em seu contexto territorial, os arranjos espaciais, seus padrões culturais, socioeconômicos, a legislação municipal, as tipologias e funções dos espaços livres e a paisagem urbana. Nas cidades médias brasileiras a forma como os padrões morfológicos se adequam ao suporte físico, transformando paisagem a local, confere ao Sistema de Espaços Livres diferentes dinâmicas espaciais, funcionais e tipológicas.

Como dito anteriormente neste trabalho, a proposta não é discutir o que determina uma cidade como de médio porte ou não, mas entender essas cidades como centro urbanos em crescimento, onde novos traçados e dinâmicas urbanas são somadas à cidade existente, transformando a paisagem local. Na atual conjuntura brasileira, segundo Tângari *et al*,(2009) após a década de 1980 as cidades médias passaram a crescer mais rapidamente em comparação com as metrópoles, um processo de diminuição do movimento migratório em direção às megalópoles e o seu direcionamento para as cidades médias que apresentam grande potencial de crescimento econômico e têm seus atributos estéticos e econômicos

valorizados através da propagação da ideia de que cidades de médio porte podem apresentar mais qualidade de vida que as grandes metrópoles.

As cidades médias reproduzem os padrões morfológicos e culturais vindos do contexto das grandes cidades e das pequenas cidades ou povoados de seu entorno. Um exemplo dessa influência vinda das grandes cidades são os condomínios fechados propostos inicialmente pelo mercado imobiliário como locais de segurança e lazer próximos aos grandes centros urbanos; esse mesmo padrão de condomínio fechado é aplicado nas cidades médias onde a criminalidade é bem menor e as distâncias a serem percorridas são mais curtas. Um exemplo da influência vinda das pequenas cidades e povoados próximos são as chácaras, pastos e plantações presentes dentro malha urbana.

Patos de Minas é um exemplo de cidade média em crescimento, que recebe influências culturais e de padrões morfológicos; uma cidade que possui características específicas de seu suporte físico, de seu processo histórico e cultura, que influenciam diretamente na malha urbana, as tipologias de espaços livres e os tipos de apropriação desses espaços.

Se observarmos em Patos de Minas as características da condição de cidade média, como por exemplo a localização estratégica entre cidades de maior e menor porte. Percebemos que a cidade atrai pessoas do entorno para desfrutar de suas potencialidades econômicas e de seus aparatos de lazer (parques, praças, locais de exposição agropecuária), o que contribui diretamente para geração de renda e uso dos espaços. A cidade possui uma relação direta com cidades de maior porte que servem de escoamento da produção e suprimento de mercadorias, essa relação de proximidade atrai para cidade eventos e exposições e pode motivar influências sobre as tipologias de espaços livres gerados (assim como o processo de globalização também pode exercer esse papel).

É nesse contexto, de crescimento das cidades médias e influências morfológicas e culturais que o Sistema de Espaços Livres precisa ser pensado e entendido como uma infraestrutura básica para o desempenho da vida cotidiana urbana. Segundo Souza & Macedo (2014), o SEL deve oferecer condições de habitabilidade urbana e para isso é necessário que se estabeleça um diagnóstico baseado na existência ou ausência de uma série de atributos urbanos necessários e qualitativos, que deveriam orientar ações, políticas e projetos de maneira a formar um Sistema de Espaços Livres integrado à paisagem local e a demanda da população.

O autor afirma que é preciso fazer uma leitura da cidade, de seus condicionantes, conflitos e potencialidades para entender como se estrutura o SEL, suas funções e seu potencial de transformação e organização na cidade.

Partimos para análise da forma urbana patense buscando o entendimento de como as características específicas do suporte físico, da organização espacial, da situação fundiária e dos tipos de usos e funções exercidas pelos espaços livres estruturam o Sistema de Espaços Livres de Patos de Minas.

2.4

OS ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE PATOS DE MINAS

Para o entendimento do papel dos espaços livres na forma urbana de Patos de Minas a análise foi dividida em três principais enfoques: **RELAÇÃO ECOLÓGICA**, **CONFIGURAÇÃO ESPACIAL** e **RELAÇÃO DE USOS DO SOLO**. A leitura da cidade apresentada por esses três ângulos, somada ao entendimento de paisagem, forma urbana e da formação e transformação da malha urbana patense; apresentados no capítulo anterior; nos possibilitam o entendimento do Sistema Espaços Livres de Patos de Minas como um todo, com suas categorias, tipologias e relações sistêmicas.

Os três principais enfoques foram determinados com base nas principais características da cidade, nas suas peculiaridades, na sua condição de cidade de médio porte. Provavelmente um outro tipo de cidade, com outras características de paisagem demandaria outro segmento de análise.

2.4.1.

RELAÇÃO ECOLÓGICA ESPAÇOS LIVRES X SUPORTE AMBIENTAL

O principal objetivo desse subcapítulo é analisar as características do suporte ambiental sobre o qual a cidade de Patos de Minas foi implantada, buscando identificar quais espaços livres presentes na cidade incorporam esses elementos da paisagem. O suporte ambiental é parte da paisagem urbana, ele é formado por elementos como: corpos d'água, vegetação, relevo, solos e clima.

Estão cada vez mais presentes nos planos diretores e na legislação ambiental denominações como: reservas florestais públicas e privadas, parques lineares, parques ecológicos, unidades de conservação, áreas de proteção permanente (APP's), além de referências à sustentabilidade e à ecologia. Essas denominações muitas vezes geram espaços livres voltados à função de conservação e proteção ambiental. Entretanto, os espaços livres vinculados ao suporte físico não possuem somente a função de conservação ambiental, eles possuem outros papéis no meio urbano, como: recreação, infraestrutura urbana, contribuir com a drenagem pluvial, possibilitar microclimas urbanos mais agradáveis, contribuir para manutenção da biodiversidade e valores estéticos. Segundo Queiroga (2012), a permeabilidade do solo e a cobertura arbórea permitem a conservação de paisagens com melhor desempenho ambiental, mitigando problemas comuns nas áreas urbanas: a qualidade da água e do ar, a manutenção da qualidade do solo, controle de erosão, abastecimento dos aquíferos e regulação das enchentes.

Os espaços livres vinculados ao suporte ambiental, como os corpos d'água e a vegetação, constantemente são alvo de degradação ambiental, o que ressalta a sua função ambiental dentro do sistema. Entretanto a mitigação desses problemas não é uma questão pertinente apenas ao planejamento ambiental das cidades. De acordo com Jacobs (2001), as áreas livres públicas estruturam o espaço urbano, são o principal suporte espacial para o encontro e a vivência urbana. Segundo a autora a degradação do espaço urbano observada pela redução de áreas públicas de lazer, deficiência na arborização urbana, excessiva impermeabilização do solo, aumento da temperatura e criação de ilhas de calor, danos ambientais diversos, diminuição da qualidade da ambiência urbana e perda de qualidade de vida, constitui um

problema que extrapola a esfera física/espacial, constituindo um problema social, visto que desencoraja o uso da rua e dos espaços livres como locais de encontro necessários para a manutenção das práticas sociais.

Ao longo do processo de urbanização das cidades brasileira foram comuns situações em que áreas de reserva natural foram desmatadas para dar lugar a loteamentos; córregos foram canalizados e desapareceram da paisagem urbana ou foram canalizados a céu aberto, tiveram sua APP desmatada e impermeabilizada para dar lugar a avenidas e áreas construídas, como no caso da *Figura 26*.

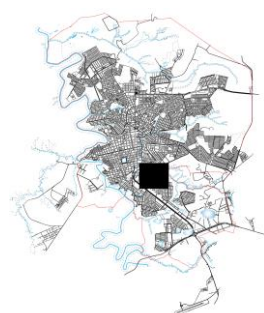
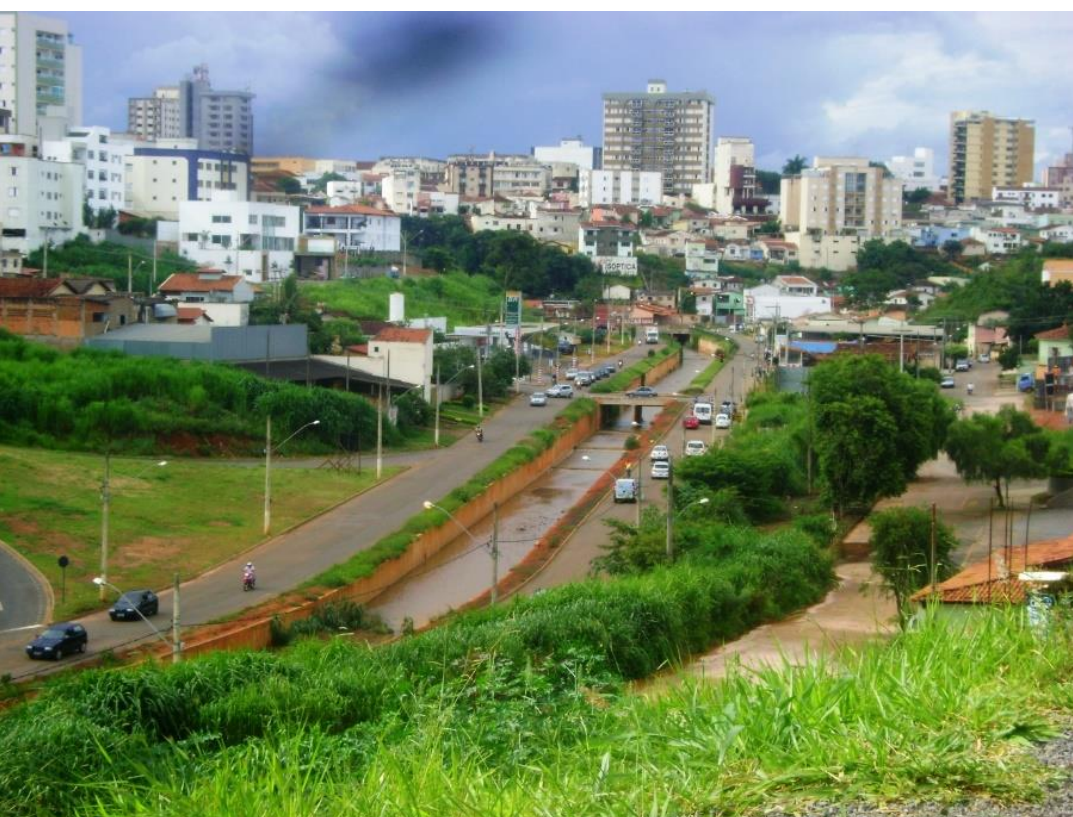


Figura 26 Córrego do Monjolo em Patos de Minas, canalizado a céu aberto na década de 1970, com APP desmatada e grande parte do seu entorno impermeabilizado. Às margens do córrego a Av. Fátima Porto. Foto: Acervo pessoal, 2014.

Atualmente esse tipo de tratamento de supressão da vegetação das APP's em áreas urbanizadas é cada vez mais incomum⁷, o que contribui para a conservação desses recursos naturais. Entretanto gradativamente mais a legislação ambiental trata a função ambiental dos espaços como algo isolado, entendendo as APP's como locais onde não podem existir intervenções, desconsiderando que esses espaços podem estar vinculados a outras funções, como por exemplo: recreação, educação ambiental, valorização da paisagem. De acordo com

⁷ Os casos excepcionais nos quais é permitido a supressão da vegetação em APP estão definidos pela Resolução CONAMA 369/06.